

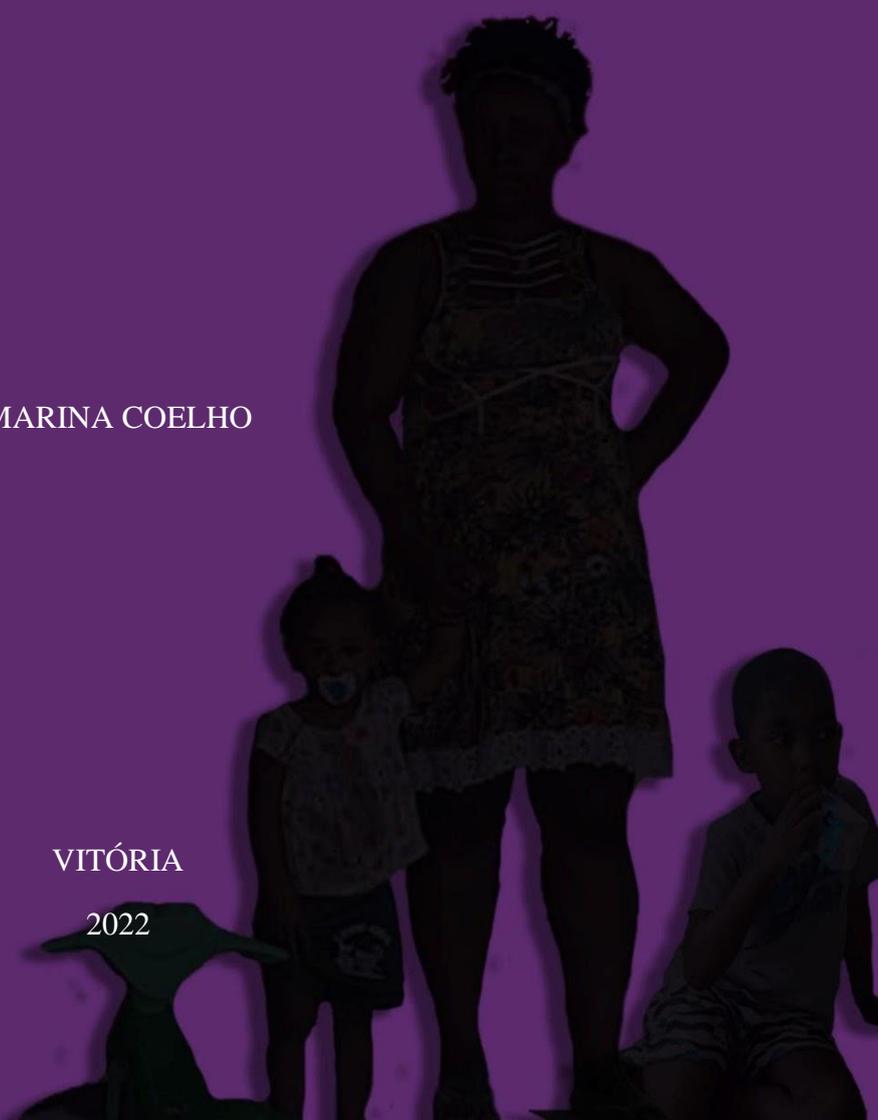
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO (PPGAU)

EM PROL DA TRAJETÓRIA DELAS:
ENTRE OCUPAÇÕES E DESPEJOS NA GRANDE VITÓRIA - ES

MARINA COELHO

VITÓRIA

2022

The image features a purple background with white text. In the lower right quadrant, there are dark silhouettes of a woman standing with her hands on her hips, a young girl standing next to her, and a young boy sitting on the ground. The text is centered and reads: 'UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO', 'CENTRO DE ARTES', 'PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO (PPGAU)', 'EM PROL DA TRAJETÓRIA DELAS:', 'ENTRE OCUPAÇÕES E DESPEJOS NA GRANDE VITÓRIA - ES', 'MARINA COELHO', 'VITÓRIA', and '2022'.

MARINA COELHO

**EM PROL DA TRAJETÓRIA DELAS:
ENTRE OCUPAÇÕES E DESPEJOS NA GRANDE VITÓRIA - ES**

Dissertação apresentada ao programa pós-graduação de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito total para obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo, na área concentração cidades e impacto no território, e linha de pesquisa processos urbanos e políticas físico-territoriais.

Orientador: Prof. Dr. Lutero Pröscholdt

VITÓRIA
2022

MARINA COELHO

EM PROL DA TRAJETÓRIA DELAS:
ENTRE OCUPAÇÕES E DESPEJOS NA GRANDE VITÓRIA - ES

Dissertação apresentada ao programa pós-graduação de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito total para obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo, na área concentração cidades e impacto no território, e linha de pesquisa processos urbanos e políticas físico-territoriais.

Aprovada em 14 de março de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Lutero Pröscholdt Almeida
(Orientador – PPGAU / UFES)

Profa. Dra. Clara Luiza Miranda
(Membro interno – PPGAU / UFES)

Profa. Dra. Gabriela Leandro Pereira
(Membro externo – FAU / UFBA)

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

C672p Coelho, Marina, 1992-
Em prol da trajetória delas: : Entre ocupações e despejos na Grande Vitória - ES / Marina Coelho. - 2022.
81 f. : il.

Orientador: Lutero Proschöldt Almeida.
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Direito à moradia. 2. habitação. 3. gênero. I. Almeida, Lutero Proschöldt. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Artes. III. Título.

CDU: 72

AGRADECIMENTOS

À minha família nada tradicional, Margareth e Pablo, pelos incentivos.

À Nana, pelos cuidados.

À Bianca, pelo carinho e compreensão.

Aos amigos do mestrado, por fazerem que esse trajeto não fosse tão solitário.

Ao Lutero e Clara, por orientações, conversas e encorajamento.

À Maristela pelos puxões de orelha e bons drinks.

RESUMO

A presente dissertação consiste em compreender a presença da mulher nos movimentos por moradia na Grande Vitória-ES, enquanto ator imprescindível na reivindicação e promoção do acesso aos direitos de habitação. Dessa forma, é investigada a participação de atores sociais diversos que buscam pensar e elaborar cidades. Nas disputas pela posse da terra urbana, protagonizam os movimentos de luta por moradia, e, ao mesmo tempo, pelo direito à cidade, ao estabelecimento de seus espaços de vida e à consolidação de seu território. Com frequência são testemunhados o despejo, a expulsão e/ou a marginalização de grupos sociais, acompanhados por um processo cíclico de tentativas de fixação, seguidas de novas tentativas de reconstrução identitária em novas bases. Algumas alternativas são as ocupações de espaços marginalizados, vazios urbanos e imóveis subutilizados. A pesquisa contou com entrevistas com mulheres atuantes em movimentos por moradia na cidade de Vitória e seu entorno imediato. O contexto ao qual estão inseridas demarcadas por gênero, raça e classe social, contribuiu para o advento de inúmeros obstáculos na trajetória em busca ao direito à moradia e à cidade. A interseccionalidade auxiliou o processo da pesquisa para analisar o cruzamento de opressões de sexismo, racismo e classismo, presente na vida dessas mulheres. Apesar de toda a lógica de funcionamento e elaboração das cidades, altamente influenciado pelo jogo de poder e interesse monetário, essas mulheres promovem outras alternativas de se pensar e elaborar cidades. O território sonhado se mostra um fator importante para manter o grupo unido em prol de um bem comum. É perceptível o grande número de mulheres presentes em movimentos por moradia, principalmente dentro das ocupações, além desse fenômeno, nos interessa também investigar a presença dessas mulheres negras enquanto importantes sujeitos políticos na busca de cidades mais justas e igualitárias. Essa pesquisa teve, portanto, um percurso metodológico que contou com, além de a) entrevistas, b) análise bibliográfica acerca da temática, c) pesquisas em periódicos virtuais nacionais e internacionais; d) registros fotográficos; e) elaboração de mapas temáticos; f) análise de entrevistas. As mulheres é que exercem a função de controle, representam seu coletivo e propiciam alternativas para cidades mais justas, além de seguir em frente em busca de seus direitos individuais e coletivos, sendo aqui enfatizado o direito moradia e à cidade.

Palavras-chave: direito à moradia; direito à cidade; interseccionalidade; gênero.

ABSTRACT

The present dissertation consists of understanding the presence of women in housing movements in Vitória-ES region, as an essential agent in the claim and promotion of access to housing rights. In this way, the participation of different social agents who seek to think and develop cities is investigated. In the disputes for the possession of urban land, they are protagonists of the movements for housing, and, at the same time, for the right to the city, to the establishment of their living spaces and the consolidation of their territory. Eviction, expulsion and/or marginalization of social groups are often witnessed, accompanied by a cyclical process of attempts at anchoring, followed by new attempts at identity reconstruction on new bases. Some alternatives are the occupation of marginalized spaces, urban voids and underused properties. The research included interviews with women active in housing movements in the city of Vitória and its immediate surroundings. The context to which they are inserted, demarcated by gender, race and social class, contributed to the advent of numerous obstacles in the path of the right to housing and the city. Intersectionality helped the research process to analyze the intersection of oppressions of sexism, racism and classism, present in the lives of these women. despite all the logic in the elaboration and functionality of a city/of cities, which is highly influenced by the game of power and monetary interest, these women promote other alternatives of thinking and elaborating cities. The dreamed of territory proves to be an important factor in keeping the group together for a common good. The large number of women present in movements for housing is remarkably noticeable, especially within the occupations, in addition to this phenomenon, we are also interested in investigating the presence of these black women as important political subjects in the search for more unbiased and egalitarian cities. This research had, therefore, a methodological course that included, in addition to a) interviews, b) bibliographic analysis on the subject, c) research in national and international virtual journals; d) photographic records; e) elaboration of thematic maps; f) analysis of interviews. It is women who exercise the control function, represent their collective and provide alternatives for fairer cities, in addition to moving forward in search of their individual and collective rights, with emphasis on the right to housing and the city.

Keywords: right to housing; right to the city; intersectionality; gender.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Abrigo erguido na ocupação da área denominada Fazendinha, em 2017.....	39
Figura 2 - Fachada do edifício do antigo IAPI com bandeiras de movimentos no momento da ocupação, em 2017.	41
Figura 3 - Ocupação na área externa do edifício demarcada pelos pilotis, em 2017.	42
Figura 4 - Acampamentos erguidos no interior do edifício.....	43
Figura 5 - Cartaz produzido pelo MNLM sinalizando a ocupação do edifício Santa Cecília, em 2017.	45
Figura 6 - Condição da fachada do edifício Santa Cecília, devido à falta de manutenção.....	46
Figura 7 - Manchete de jornal Deutsche Welle: Bolsonaro – culpado pelas 120.000 mortes do Corona?.....	51
Figura 8 - Manchete de jornal New York Times: 560.000 mortos por covid, 27 milhões na pobreza extrema e uma democracia ameaçada. É urgente tirar o Bolsonaro.	52
Figura 9 - Manchete de jornal BBC News: Youtube retira vídeos de Bolsonaro por desinformação sobre Covid.	53
Figura 10 - Dados da campanha nacional despejo zero.....	54
Figura 11 - Conjunto Habitacional na Cidade de Deus, 1966.....	62

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Vitória e seu entorno próximo	13	Mapa 2 - Mapa racial de Vitória	Erro!
Indicador não definido. Mapa 3 - mapa relevo	28	Mapa 4 - Mapa do trajeto, entre ocupações e deslocamentos, iniciado no ano de 2017 em Vitória-ES.	38

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. INTERSECCIONALIDADE E ACESSO À MORADIA	19
1.1 INTERSECCIONALIDADE	19
1.3 MULHERES, CIDADE E ACESSO A MORADIA	30
2. DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS ENTRE ASSENTAMENTOS	36
2.1 CONTEXTO DO TRABALHO DE CAMPO	36
2.3 UM TRAJETO ENTRE OCUPAÇÕES E DESPEJOS	37
2.3 HABITAÇÃO É MAIS QUE SOBREVIVÊNCIA: ABRIGO EM TEMPOS DE PANDEMIA	49
3. MORADIA, SUBSTANTIVO FEMININO	58
3.1 FAZER-SE VISÍVEL: ESTRATÉGIAS DE VISIBILIZAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO	58
3.2 MORADIA COMO DIREITO	61
3.3 PROTAGONISMO DA MULHER EM ESPAÇOS POPULARES	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	71
APÊNDICE	77

INTRODUÇÃO

A presente dissertação consiste em compreender a presença da mulher nos movimentos por moradia na Grande Vitória-ES, enquanto ator imprescindível na reivindicação e promoção do acesso aos direitos de habitação. Dessa forma, é investigada a participação de atores sociais diversos que buscam pensar e elaborar cidades.

É importante frisar que o presente trabalho não consiste em rotular as mulheres presentes nas lutas por moradia como feministas, visto que não foi um conceito presente nas entrevistas, esse também não é um termo inserido no cotidiano da maioria das entrevistadas. Assim, a dissertação relata e analisa alguns deslocamentos espaço-temporais realizados por mulheres que atuam nesses movimentos, através de uma aproximação aos relatos, a fim de diminuir a imposição de termos, conceitos e análises que talvez não sejam identificados pelas entrevistadas enquanto factíveis. Nesse momento introdutório, faz-se necessário explicitar as motivações iniciais, assim como a forma com a qual a pesquisa foi conduzida. Isto posto, apresento o deslocamento pelo qual o tema percorreu para que se consolidasse em pesquisa.

Durante a graduação tive os primeiros contatos com ocupações. Visitei a ocupação Dandara em Belo Horizonte (MG) no ano de 2015, e fiquei impressionada com as dimensões e a organização interna. Além disso, também despertou minha curiosidade o fato das ocupações que visitei na cidade de Belo Horizonte receberem nomes de mulheres. Os ocupantes relataram que as mulheres são pioneiras na ocupação, mais tarde é que chegam os homens. E mesmo após a chegada tardia dos homens, as mulheres usualmente continuam sendo protagonistas na luta por moradia. A partir de então, questioneei sobre esse padrão da forte presença e protagonismo de mulheres em movimentos por moradia, principalmente dentro das ocupações. Seriam esses aspectos específicos da cidade de Belo Horizonte? Ou influência de algum aspecto sociocultural que refletiria na forma como o espaço urbano nas cidades brasileiras é ocupado? Essas e outras questões foram alimentadas durante o mestrado, o que fez com que minha curiosidade sobre esse tema aumentasse, principalmente após a participação em algumas atividades promovidas pelo BrCidades, em conjunto com as ocupações. Com isso, foi possível perceber que na região da Grande Vitória (ES) esses fenômenos também ocorrem de maneira similar, apesar das especificidades relacionadas ao contexto ao qual estão inseridos. Com isso, as questões que nortearam o problema de pesquisa foram:

- Como história de nossa sociedade influencia na ocupação dos espaços urbanos?
- A participação de mulheres negras nos movimentos por moradia, pode ser analisada por uma perspectiva de interseccionalidade?

- Quais seriam as motivações do protagonismo feminino nos movimentos por moradia?
- Como os movimentos por moradia conseguem subverter a lógica dominante de mercado/Estado e propor outras formas de ocupar a cidade?
- A legislação existente acerca do tema da habitação é suficiente para a elaboração de cidades mais justas e sustentáveis?
- Como se dá a liderança das mulheres em ocupações urbanas?

No momento em que me deparei com questões acerca da participação da mulher nos movimentos por moradia, estava envolvida com leituras feministas e decoloniais, e tudo parecia se encaixar. A presente pesquisa clamava por contato próximo e por entrevistas com mulheres que atuam ou já atuaram em movimentos por moradia, com atividades de imersão para reduzir de fato as distâncias. Porém, a quarentena passou a exigir cuidados específicos que impediram que a pesquisa fosse conduzida dessa maneira. Esse contexto, sem dúvida, foi provedor de muitas angústias e ansiedades.

A maior parte das conversas foram conduzidas por videochamadas, todas entrevistadas foram muito solícitas e colaboraram muito com o andamento da pesquisa. No entanto, as entrevistas foram em menor quantidade e duração que a expectativa inicial. Para mais, muitos contatos não responderam ou não apresentaram disponibilidade para participar das entrevistas. Foi grande o receio de que o material levantado não fosse o suficiente.

Antes da pandemia, ainda no ano de 2019, fora realizada uma conversa de aproximadamente quatro horas com uma liderança do movimento nacional de luta pela moradia (MNLN) do Espírito Santo. Além dessa, foram conduzidas mais seis entrevistas informais e não estruturadas através de videochamadas, de em média uma hora e meia cada, que contou com participantes de ocupações na cidade de Vitória e lideranças de movimentos sociais como o MNLN, Brigadas Populares e MST. Todas as participantes mulheres.

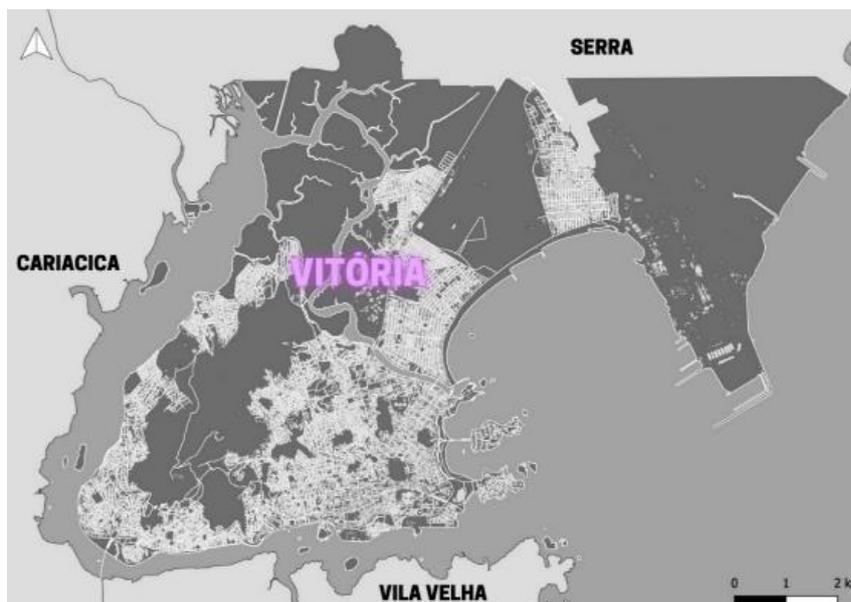
É indiscutível que a posição social que ocupo possibilitou que a pesquisa fosse conduzida com conforto, e apesar dos empecilhos, é necessário reconhecer o privilégio que me atravessa, pois enquanto pude permanecer junto a minha família, ao passo que dava continuidade a esse trabalho, algumas das entrevistadas não possuíam essa alternativa. Devido a necessidade de prover seus respectivos entes, a falta de seguridade social e a maneira como a pandemia foi administrada em nosso país, essas mulheres estiveram impossibilitadas de realizar os cuidados básicos exigidos no momento de pandemia.

A partir dessas constatações introdutórias é possível verificar-se algumas análises iniciais quanto às disparidades sociais presentes no espaço urbano da Grande Vitória, bem como em outras inúmeras cidades brasileiras. Essas disparidades são encontradas de maneiras espacializadas na Grande Vitória. Através de apropriação de espaços precários ou inviáveis para ocupações humanas a longo prazo, enquanto em outras áreas da mesma região é possível encontrar processos especulatórios vertiginosos que contam com ampla presença de infraestrutura.

De acordo com Campos Junior (2002), a ocupação dos espaços no Estado do Espírito Santo ocorreu de maneira particular. Tal peculiaridade se refere principalmente a ocupação de espaços por parte de pretos libertos, e dos imigrantes europeus que chegaram no período posterior ao da abolição. Essa particularidade acontece tanto na capital Vitória como em outras cidades interioranas. Esses fatos serão abordados mais adiante no trabalho de pesquisa. No entanto, podemos adiantar que essa especificidade contribuiu para intensificar a disparidade socioracial nas formas de ocupar e apropriar as cidades capixabas.

A cidade de Vitória (Mapa 1) é uma cidade portuária de dimensões relativamente pequenas, com um grande maciço rochoso central e ladeada por áreas de mangue. Como adiantamos brevemente, há no histórico do estado uma influência socioracial em sua ocupação. Isso será melhor visualizado mais adiante por meio da sobreposição de mapas raciais e socioeconômicos, bem como, uma breve análise das diferentes infraestruturas existentes em áreas de disparidades.

Mapa 1 - Vitória e seu entorno próximo



Fonte: autoria própria, 2021.

Essa constatação socioracial acontece em diversas cidades brasileiras, entretanto o presente trabalho busca entender além desse aspecto, tendo como foco a relação da mulher e o acesso ao direito de habitação. Nesse sentido, no primeiro momento do trabalho entende-se a necessidade de debater, não somente a dificuldade do corpo preto em ocupar espaços urbanos, mas sim, do corpo feminino e preto ocupar a cidade. Por isso, para buscar compreender a grande adesão de mulheres nos movimentos por moradia na região metropolitana da Grande Vitória, o trabalho de pesquisa foi fragmentado em três momentos que se transformaram em capítulos. A estrutura é apresentada logo abaixo.

O primeiro momento/capítulo consiste na revisão bibliográfica acerca de alguns conceitos que permeiam o tema. Assim sucede-se o capítulo intitulado “Interseccionalidade e acesso a moradia”, que antecedeu o trabalho de campo, e emerge da necessidade de analisar a segregação socioespacial combinada com o grupo minorizado associado a raça, gênero e classe social.

Entendemos que a produção do espaço urbano, adotada em muitas cidades brasileiras, continua exibindo aspectos que privilegiam determinados grupos sociais, o que propicia a constante manutenção de poder sobre grupos vulnerabilizados. A cidade universal (MONTANER; MUXI, 2011) permanece presente no contexto brasileiro, tanto na elaboração de leis quanto no estabelecimento de normativas comportamentais. Essa cidade é caracterizada

pela perpetuação de condutas sociais que presumem práticas associadas a um "sujeito tipo" de determinado grupo social. Com isso, as narrativas de grupos sociais que se encontram à margem da sociedade são constantemente negligenciadas, o que não resulta em submissão ou resignação diante das normas e diretrizes predominantes, muito menos ausência de mobilização ou protagonismo.

Os grupos sociais marginalizados são atravessados por inúmeras características, sejam relacionadas a gênero, raça, etnia, religião, sexualidade, classe social, entre inúmeras outras. No entanto, neste trabalho realizamos um recorte de raça, gênero e classe social, por serem características frequentemente presentes nas entrevistas conduzidas. Sendo esta trílice muito recorrente em diversos trabalhos acadêmicos atuais acerca da segregação urbana, e contextos de exclusão ou grupos minorizados, principalmente aqueles que permeiam, portanto, discussões acerca da concepção de Interseccionalidade.

Esta revisão trouxe conceitos importantes para que concentrássemos a pesquisa no grupo de mulheres negras de baixa renda. Para isso, durante esse primeiro momento recorreremos a autora Gonzales (2020), que elucida a importância da mulher negra. O texto traz constatações e análises pertinentes a sociedades que foram colonizadas com um projeto de exploração e que fizeram uso de mão de obra escrava africana, como é o caso do Brasil. Gonzales nos mostra diferentes formas de resistência instigadas por mulheres negras, mesmo antes da abolição da escravatura.

Por essa razão, voltamos a afirmar que mesmo com as diferentes escalas de exploração ou repressão ao corpo negro, bem como o corpo feminino, há resistência. Assim como a pesquisadora de quilombos e historiadora Beatriz Nascimento (1985, p.41) discorre:

numerosas foram as formas de resistência que o negro manteve ou incorporou na luta árdua pela manutenção de sua identidade pessoal e histórica. No Brasil no âmbito 'doméstico' ou social tornam-se mais fascinantes quanto mais se apresenta a variedade de manifestações: de caráter linguístico, religioso, artístico, social, político, e de hábitos, gestos, etc.

Não por acaso pesquisadores, como Maria Beatriz Nascimento (1985), Lélia Gonzales (2020) e Abdias Nascimento (1978), resgatam o conceito de quilombo para a atualidade e aplicam às técnicas de resistências da contemporaneidade.

Ao compreender o constante esforço em reproduzir uma narrativa hegemônica e superior, entendemos a necessidade de salientar uma outra narrativa capaz de contrariar esse discurso dominante, que por muito entendeu-se como único possível. Apesar da constante tentativa de invisibilização e silenciamento, é importante destacar que existe resistência, e com isso, existe voz, bem como imagem. Em contraposição ao modelo dominante de planejamento urbano, representado muitas vezes por dirigentes brancos do gênero masculino, seja na iniciativa privada ou pelo setor público. Os movimentos brasileiros relacionados a reivindicações por moradia, apresentam grande protagonismo de mulheres negras.

A partir dessa grande disparidade identitária entre os atores à frente da questão da moradia nas cidades brasileiras, percebe-se forte influência de uma sociedade formada por estruturas colonizadoras que persevera esse aspecto colonial nas deliberações acerca do meio urbano. Tal constatação é materializada quando analisamos a temática da moradia no decorrer da história brasileira. Para isso, abordamos brevemente a relação entre ocupação do espaço urbano, seus processos segregatórios e grupos subalternizados, com base principalmente nos autores Maricato (1997a e 2003b), Campos Junior (2002) e Whitaker (2005).

No atual momento, vivenciamos uma expressiva crise política e econômica, com grande negligência perante os conflitos sociais e violências direcionadas aos grupos minorizados. São inúmeras as contradições em diversas esferas e escalas políticas, com a descredibilização de lutas sociais, como também do ambiente de pesquisa pública. Durante o evento preparatório para o VI ENANPARQ¹, o Seminário Limiaridade (2020), Ermínia Maricato ressaltou a importância do agir local para reconstrução da democracia. Neste novo paradigma, mostra-se a importância de retomar a estratégia já realizada (no Brasil e em outros países do Sul Global) de fortalecimento das agendas locais, para que futuramente consigamos reconquistar o espaço de fala e escuta das lutas sociais em escalas maiores.

Damos continuidade no trabalho de pesquisa com o capítulo II, contextualizamos o percurso metodológico utilizado em campo. Durante as entrevistas, percebemos um fenômeno que se repetiu em alguns relatos. Famílias desabrigadas e desassistidas realizaram um trajeto de ocupações entre os anos de 2017 e 2019. Inúmeros obstáculos foram erguidos durante o trajeto,

¹ Encontro Nacional da ANPARQ (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo).

no entanto, as famílias se organizaram com apoio de algumas instituições e movimentos sociais, e passaram a reivindicar por seus direitos como o direito à moradia digna. Ao longo do trajeto, as famílias sofreram com reintegrações de posse e desocupações forçadas.

Somado a isso, a dificuldade em acessar a terra por grande parte dos indivíduos previamente escravizados se tornou um grande agravante da desigualdade socioracial no país. Fator favorecedor para a manutenção de sucessivos obstáculos na luta por moradia digna ao longo da história. Não coincidentemente, assentamentos promovidos por movimentos que lutam pelo direito à moradia são comumente acompanhados por instabilidade e consequente efemeridade.

Posteriormente ao trajeto enunciado, consideramos a relevância da habitação em tempos de pandemia, um momento que ter uma residência nunca foi tão importante para sobreviver e realizar os cuidados mínimos necessários. Durante o momento de pandemia do vírus COVID-19, vimos inúmeras reintegrações de posse que acontecerem de forma violenta ao redor do país. Visto que a principal recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS) para evitar o contágio e a disseminação da doença é permanecer em casa, mais do que nunca, ter abrigo configura-se como inerente à vida humana, ademais torna-se estratégia de sobrevivência.

No capítulo III, abordamos sobre a questão da habitação e o gênero, passando pelas conquistas de direitos sociais até chegarmos no protagonismo das mulheres em espaços populares. Apesar de toda a dificuldade imposta aos movimentos por moradia, as mulheres se mostram atores relevantes ao propor e reivindicar alternativa à ocupação dos espaços urbanos. E isso é muito perceptível quando suas histórias são escutadas, sendo assim a necessidade desses relatos, que ilustram as disputas por poder e territórios, torna-se imprescindível para compreensão da realidade dessas pessoas.

Posto isto, este estudo propõe: uma análise de trajetórias espaço-temporais protagonizadas por movimentos sociais por moradia na cidade de Vitória e seu entorno imediato, a partir de relatos de mulheres que atuam nesses movimentos, por meio de percurso metodológico, o qual inclui: a) entrevistas conduzidas com mulheres que atuam em movimentos de luta por moradia na Grande Vitória; b) levantamento de dados em periódicos locais que abordaram as ocupações, bem como a atualidade do contexto pandêmico; c) discussão teórica a partir da articulação dos conceitos Interseccionalidade, habitação e feminização do poder em espaços populares; d) descrição de trajetória espacial no recorte cronológico de 2017 a 2019; e)

representação de trajetórias, entre deslocamentos-ocupações, através de mapas e linhas do tempo.

A dissertação ao problematizar uma produção de silenciamento, pauta que a resistência não só acontece, como possibilita outras alternativas de ocupar o espaço urbano e acessar direitos. Com isso, o objetivo geral da pesquisa se concentra em compreender como se dá a forte presença da mulher negra na luta por moradia e pela terra urbana, e os consequentes desdobramentos associados a disputas de narrativas na cidade de Vitória (ES).

cidade de Vitória (ES).

Desse modo, os objetivos específicos da pesquisa de mestrado são:

- Analisar como a história de nossa sociedade influencia na ocupação dos espaços urbanos;
- Como a ferramenta da interseccionalidade pode auxiliar a compreender a participação de mulheres negras nos movimentos por moradia;
- Identificar quais são as motivações do protagonismo feminino nos movimentos por moradia;
- Buscar quais são as estratégias dos movimentos por moradia para subverter a lógica dominante de mercado/Estado e propor outras formas de ocupar a cidade;
- Apontar as estratégias de visibilização utilizadas pelos atores de movimentos de moradia na cidade de Vitória, e de que forma os movimentos sociais urbanos presentes na Grande Vitória impulsionam o acesso à habitação.
- Analisar a legislação existente acerca do tema da habitação, e de acordo com bibliografias de grande relevância, verificar se a legislação por si só é suficiente para a elaboração de cidades mais justas e sustentáveis.
- Identificar relação do acesso a moradia com a questão do gênero.

1. INTERSECCIONALIDADE E ACESSO À MORADIA

Inicialmente, procuramos compreender quais seriam as motivações da alta adesão de mulheres nos movimentos por moradia, principalmente nos edifícios ocupados. No entanto, um dos membros da banca de qualificação alertou a necessidade de associar outras questões, como raça e classe. Visto que o trabalho de pesquisa aborda o tema de habitação no Brasil, de fato consideramos de grande relevância discorrer sobre essa combinação de características frequentemente presente nos movimentos por moradia, bem como, nas edificações ocupadas.

Dessa forma, abordamos no capítulo inicial, as três características combinadas, tal qual, o cruzamento das opressões estruturais de racismo e sexismo, ou ainda como cunhou a autora norte americana Kimberlé Crenshaw em 1989 (AKOTIRENE, 2018), Interseccionalidade. Somado a isso, neste capítulo discutiremos brevemente a segregação espacial nos centros urbanos e o acesso a moradia combinados a ferramenta de Interseccionalidade.

1.1 INTERSECCIONALIDADE

No ano de 1989, a autora Kimberlé Crenshaw inaugurou o termo “Interseccionalidade”, ao publicar o artigo *“demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscriminaitaion Doctrine, Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics”*. Já no ano de 1991, reutilizou o termo do artigo intitulado “mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres de cor” neste último Crenshaw descreveu a localização interseccional de mulheres negras e sua marginalização estrutural. Crenshaw utiliza o termo de interseccionalidade na busca de compreender paradigmas teóricos e metodológicos da tradição feminista negra, tornando possível analisar quais condições estruturais “o racismo, sexismo e violências correlatas se sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares às mulheres negras.” (AKOTIRENE, p. 40, 2018).

A pesquisadora e autora Carla Akotirene, desenvolve um extenso trabalho sobre o conceito de interseccionalidade, mais precisamente no Brasil. De acordo com Akotirene (2018) existe até hoje forte influência do período colonial nas estruturas de nossa sociedade, e por isso,

a necessidade de reivindicar maior atenção ao exercício de questionamento das estruturas opressoras provenientes da colonialidade², como o racismo, sexismo e classicismo.

Dessa maneira, o conceito de interseccionalidade se mostra altamente relevante para a busca do entendimento da sobreposição de opressões – ou até mesmo o “cruzamento” (AKOTIRENE, 2018. P. 43). Esse cruzamento, principalmente do racismo com sexismo, “geram vulnerabilidades e ausência de seguridade social para mulheres negras.” (AKOTIRENE, 2018. P. 43).

Ao compreender a interseccionalidade como método de análise, torna-se possível analisar de forma mais tangível algumas problemáticas presentes na sociedade brasileira, como a “inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (AKOTIRENE, 2018, p.13), e passa a ser inclusive mais cristalina a forma de resgatar feitos protagonizados por agentes silenciados ao longo da história.

Lelia Gonzales (2020), elucida alguns feitos em seus textos, ao reconhecer inúmeras mulheres negras como importantes agentes históricos, e que mesmo cercadas por contínuas tentativas de silenciamento, resistiram bravamente a opressões de gênero e raça, e conseguiram lutar de forma a trazer benefícios coletivos para a sociedade brasileira. Dessa forma, é possível essa conexão com a interseccionalidade, que proporciona o reconhecimento de embates de poder, muitas vezes minimizados até os dias de hoje.

Ainda de sobre os escritos de Gonzales (2020), a mulher negra já no século XVI ocupava um lugar de grande importância na propagação e perpetuação da cultura negra na sociedade brasileira. Imbuiu-se a referida o papel de “mãe preta”, a cuidadora de crianças e adultos brancos, assim como o cuidado de seus próprios maridos, filhos e/ou irmãos. A ela coube, de modo naturalizado, a tarefa de cuidar e a preservar a cultura do “pretuguês”³

² “‘Colonialidade’ equivale a uma ‘matriz ou padrão colonial de poder’, o qual ou a qual é um complexo de relações que se esconde detrás da retórica da modernidade (o relato da salvação, progresso e felicidade) que justifica a violência da colonialidade. E descolonialidade é a resposta necessária tanto às falácias e ficções das promessas de progresso e desenvolvimento que a modernidade contempla, como à violência da colonialidade” (MIGNOLO, 2017b, P.13).

³ O pretuguês, de acordo com Lélia Gonzales (2020. p.54), seria “a africanização do português falado no Brasil”

Apesar da tarefa que muito limitou as mulheres negras, a tarefa do cuidar se deu/dá, através de jornada dupla ou tripla da mulher negra e a exploração de sua mão de obra, que teve início séculos atrás através da escravização do povo negro, e foi fortemente naturalizada na nossa sociedade. A “mãe preta” é referência de resistência, mesmo que “passiva” (GONZALES, 2020, p. 54), ela introduz a cultura do “pretuguês⁴” e com isso a “africanização da cultura brasileira” (GONZALES, 2020, p.54). A instauração desse papel de cuidadora da mulher preta perdurou por muito tempo como um dos poucos exercícios possíveis, e apesar de ser um meio da perpetuação da cultura negra no Brasil, vemos que hoje há grande esforço de muitas mulheres negras em entender-se como sujeito político enquanto participante ativo da história do país (NUNES, 2021).

De acordo com Mignolo (2017b), o racismo moderno/colonial que surge no século XVI tem o objetivo de:

[...] classificar como inferiores e alheias ao domínio do conhecimento sistemático todas as línguas que não sejam o grego, o latim e as seis línguas europeias modernas, para manter assim o privilégio enunciativo das instituições, os homens e as categorias do pensamento do Renascimento e a Ilustração europeias (2017, p. 17-18).

Em contraponto à dominação idiomática sobre povos e corpos previamente colonizados, encontramos no Brasil uma forma de resistência através da fala. Ao considerar a linguagem como o “fator de humanização ou de entrada na ordem da cultura do pequeno animal humano”, Gonzales (p. 55, 2020) constata que é por essa razão que a cultura brasileira é essencialmente negra. Mesmo apesar do racismo e de “suas práticas contra a população negra enquanto setor concretamente presente na formação social brasileira.”

Portanto, a ferramenta da interseccionalidade possibilita não somente a análise das opressões no corpo negro e feminino, mas também proporciona, mesmo que de forma indireta, o resgate de constatações valorosas que trouxeram e continuam trazendo mudanças efetivas nas relações sociais e nos espaços de nossas cidades. Faz-se necessário ressaltar, que ao contrário

(2020), como também o idioma falado nos quilombos.

⁴ O pretuguês de acordo com Lélia Gonzales (2020, p.54) seria “a africanização do português falado no Brasil”

do que se comumente pensa, a interseccionalidade não é apenas sobre múltiplas identidades, e sim:

uma lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais. A interseccionalidade nos mostra como e quando as mulheres negras são discriminadas e estão mais vezes posicionadas em avenidas identitárias que farão delas vulneráveis à colisão das estruturas e fluxos modernos (AKOTIRENE, p. 43, 2018).

Como abordado anteriormente, o cruzamento entre racismo e sexismo gera vulnerabilidade as mulheres negras (AKOTIRENE, 2020, p.43). E para compreendermos melhor como esse cruzamento de estruturas se dá no espaço urbano, seguimos a discussão adiante.

1.2 MATERIALIZAÇÃO DO RACISMO NO ESPAÇO URBANO

A temporalidade foi louvada como dimensão vital da vida, da própria existência. [...] O espaço é igualmente vivo e igualmente desafiador, e que, longe de ser morto e fixo, a própria enormidade de seus desafios significa que as estratégias para dominá-lo tem sido muitas, variadas e persistentes. (MASSEY, 2008, p. 35)

Para que possamos prosseguir com a discussão, se faz necessário a compreensão acerca do termo utilizado neste momento, o espaço. Para a delimitação e entendimento da pesquisa, utilizou-se o estudo da geógrafa e cientista social Doreen Massey (2008), que ressalta através de proposições sobre o espaço algumas interpretações geográficas alternativas às mais comumente utilizadas pela academia. Para a autora (2008, p.31), o espaço pode ser caracterizado enquanto “produto de inter-relações, como sendo construído através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno.” Além de produto de interrelações, Massey (2008, p.31), propõe que o espaço possibilita a:

existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como a esfera na qual distintas trajetórias coexistem; como a esfera, portanto, da coexistência da heterogeneidade. Sem o espaço, não há multiplicidade; sem multiplicidade, não há espaço. Se espaço é, sem dúvida, o produto de inter-relações, então deve estar baseado na existência da pluralidade. Multiplicidade e espaço são co-constitutivos.

A ideia de multiplicidade implicada na proposição de Massey (2008), recorre a questionamentos presentes em discursos políticos progressistas sobre “diferença” ou “heterogeneidade” (2008, p.31).

Em termos mais amplos, Massey (2008, p. 31), destaca o impacto da história do mundo ser contada como história apenas do Ocidente, ou “da figura clássica do macho heterossexual e que essas eram histórias particulares, entre muitas outras.” Em vista disso, a autora revela a compreensão da existência de uma vasta diversidade de modos de vida em seus próprios espaços e tempos. De tal modo, o caráter universal designado a algumas trajetórias predominantes são descredibilizadas, pois não correspondem a totalidade da história do mundo, entretanto são constituintes de parte de uma complexidade de interações.

Outro aspecto que complementa as proposições de Massey (2008), é o de que o espaço “está sempre em construção.” Ao considerar que o espaço está sempre em processo de fazer-se, nunca está acabado, nem fechado, sendo ele “uma simultaneidade de estórias até agora”. Dessa forma, a simultaneidade completa não seria possível no espaço, é impraticável que:

A imaginação da globalização como sequência histórica não reconhece a coexistência simultânea de outras histórias com características que sejam distintas [...] e futuros que, potencialmente, também possam sê-lo (MASSEY, 2008, p. 31).

A fim de explicitar de forma pouco mais detalhada sobre as questões estruturais de gênero e raça, bem como o impacto no espaço urbano e nos corpos das mulheres negras, faremos neste momento um exercício de retorno ao período, em que fora introduzido nas cidades brasileiras a estrutura colonialista de poder, que permanece, às suas devidas proporções, em funcionamento (ALMEIDA, 2019).

Até meados do século XIX a terra no Brasil era concedida pela coroa e ainda não possuía valor comercial e, apesar de, até então, não ser considerada mercadoria, essa forma de apropriação contribuiu para a concentração e acumulação de poder de uma classe social privilegiada. Deste modo, até o ano de 1850, ano em que é estabelecida a Lei de Terras, a riqueza era expressa por meio da quantidade de escravizados (MARICATO, 1997a; WHITAKER, 2005).

A partir do momento em que a Lei de Terras entra em vigor, a terra é transformada em propriedade e, portanto, para obtê-la tornou-se ser necessário comprá-la. Não coincidentemente a lei foi aprovada muito próximo ao fim do processo de abolição da escravatura, ocorrida em 1889, assim sendo, a terra permanece sob controle de quem teria condições financeiras de aquisição. Nas áreas rurais, onde até em então, se concentrava o maior contingente de pessoas, os impactos da Lei de Terras foram mais diretos, de forma a contribuir para a formação de latifúndios, e com isso, a continuação da manutenção de poder de um grupo seletivo composto majoritariamente por homens brancos. Nos centros urbanos o impacto não ocorreu de maneira a alterar sua morfologia tão rapidamente, mas entende-se que corroborou para o fortalecimento da segregação, sobretudo racial (MARICATO, 1997a).

Até meados da década de 70 no estado do Espírito Santo a produção econômica mais importante do estado era a agrícola, o que concebeu à Vitória as principais características urbanas, tornando-se o centro de atividades administrativas do estado. No Espírito Santo o desenvolvimento da economia agrícola ocorreu de forma particular. A produção cafeeira foi influenciada pelo regime escravocrata, como também pela produção familiar de pequenas propriedades, ambas fortemente subordinadas ao comércio. (CAMPOS JUNIOR, p. 28, 2002).

O trabalho compulsório por si só já é estabelecido de forma a suplementar o comércio, o escravizado antes mesmo de dar início ao trabalho produtivo, já proporcionava lucro na venda, que era correspondente a “um adiantamento de capital da produção para o comércio. Sendo esse personificado na figura do traficante de escravos” (CAMPOS JUNIOR, p. 28, 2002). O indivíduo escravizado representava uma “renda capitalizada”, e para que esse investimento inicial fosse compensado, o trabalho precisaria ser superexplorado, dessa forma o fazendeiro recuperaria o adiantamento do capital, e também atenderia suas expectativas de ganho futuro.

No século XIX, a mão de obra escravizada exerce o papel de garantia hipotecária, sendo o escravo monetariamente muito mais valioso que a terra, visto que a terra se torna mercadoria somente com os processos de encerramento da escravatura. Com a chegada próxima da abolição da escravatura, através principalmente, das restrições impostas pela Inglaterra ao tráfico de escravos, o valor da mão de obra escravizada tornava-se cada vez mais exorbitante, e com isso, outra forma de exploração subordinada vem à tona, de modo a renovar o processo de exploração com outras formas de relação. (CAMPOS JUNIOR, 2002)

As propagandas das imigrações europeias no estado começam a se tornar cada vez mais expressivas, no entanto, era necessário que os europeus recém-chegados, fossem submetidos aos processos de exploração. Dessa maneira, os fazendeiros passam a criticar a proposta de doação de terras aos recém-chegados, pois acreditava-se que essa medida acarretaria a longo do tempo na decadência das grandes propriedades. (CAMPOS JUNIOR, 2002)

A imigração europeia em massa aumentaria a procura por terra e conseqüentemente seu valor, assim se daria a substituição do escravo como recurso de hipoteca. A partir desse processo, a elite decide por embutir valor ao trabalho, para que isso fosse possível, o imigrante teria que trabalhar em uma fazenda até que conseguisse adquirir sua própria terra. A lei de terras de 1850, representava um grande obstáculo na obtenção de terras por antigos escravizados bem como pelos novos imigrantes, e partir desse momento a terra passa a ser além de mercadoria, um instrumento de manutenção de poder da elite previamente existente. (CAMPOS JUNIOR, 2002).

No entanto, apesar do fenômeno migratório pós abolição da escravatura ter acontecido de tal maneira em grande parte do Brasil, no estado do Espírito Santo, a imigração tinha como principal objetivo a colonização do interior do estado, e essa foi financiada pelo governo local. De acordo com Campos Junior (2002), havia interesse público na colonização de outras áreas do estado, até então pouco exploradas, principalmente, economicamente. Desse modo, a imigração europeia posterior a abolição da escravatura no Espírito Santo acontece com particularidades. Grande parte dos novos colonos recebem de fato áreas férteis para o cultivo e de grandes proporções, com isso, ocorre inclusive um fenômeno de escassez de mão-de-obra em grandes fazendas do sul do Estado.

As políticas de acesso à terra e à habitação no Brasil ocorreram de modo a amplificar os obstáculos para homens e mulheres negros e/ou pobres. No Espírito Santo, é exemplificado esse contexto de imigração europeia, que além da promessa desenvolvimentista, traria o embranquecimento da população. Por um lado, os novos imigrantes recebem terras cultiváveis em larga escala, enquanto de outro, negros libertos ou alforriados permanecem sem propostas de integração ou reparação histórica.

Desse modo, é expressada a permanência do imaginário coletivo associado ao racismo estrutural – inserido pelos colonizadores -, que passa a ser cada vez mais reproduzido pelos próprios colonizados, mesmo após os processos de independência (ALMEIDA, 2019).

“Todo povo colonizado – isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural – toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana.” (FANON, 2018, p.24). Fanon (2018), nesse momento, associa a subserviência de negros antilhanos para com a cultura francesa. É possível assimilar essa característica ao povo brasileiro, pois assim como Almeida (2019) discorre, a ideia de povo brasileiro foi construída aos moldes do homem universal moderno, o homem branco europeu. Assim, aqueles que possuem semelhanças mais próximas as do colono se tornariam ainda mais detentores de poder e privilégios, enquanto os que mais ausentassem essas características, mais passíveis a vulnerabilidades passariam a ser.

Dessa maneira, no Brasil e nos outros países latino-americanos previamente colonizados, permanece e prevalece no imaginário coletivo uma estrutura hierárquica baseada principalmente na homogeneização do ser, pensar e saber (subjetividade), que segue uma matriz colonial com uma formação racial global de origem eurocêntrica (MIGNOLO, 2017a). Dessa maneira, a ficção europeia foi introduzida e difundida nas antigas colônias, de forma a construir uma estrutura organizacional hierárquica de poder conforme as características físicas e culturais de indivíduos e povos. Ou ainda como Gonzales (2020, p.55) afirma:

antes de mais nada, importa caracterizar o racismo como uma construção ideológica cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial. Enquanto discurso de exclusão que é, ele tem sido perpetuado e reinterpretado de acordo com os interesses dos que dele se beneficiam.

Como esperado, a paisagem da cidade de Vitória passou por alterações ao longo de sua trajetória temporal, e desde o início de sua ocupação notam-se as diferentes possibilidades de apropriação do espaço, e com isso, o início de uma segregação socioespacial demarcada por raça, que passa a ser naturalizada ao longo de sua história. Para Almeida (2019, n.p.), a noção de raça é “um fator político importante, utilizado para naturalizar e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários.” A partir dessa informação é

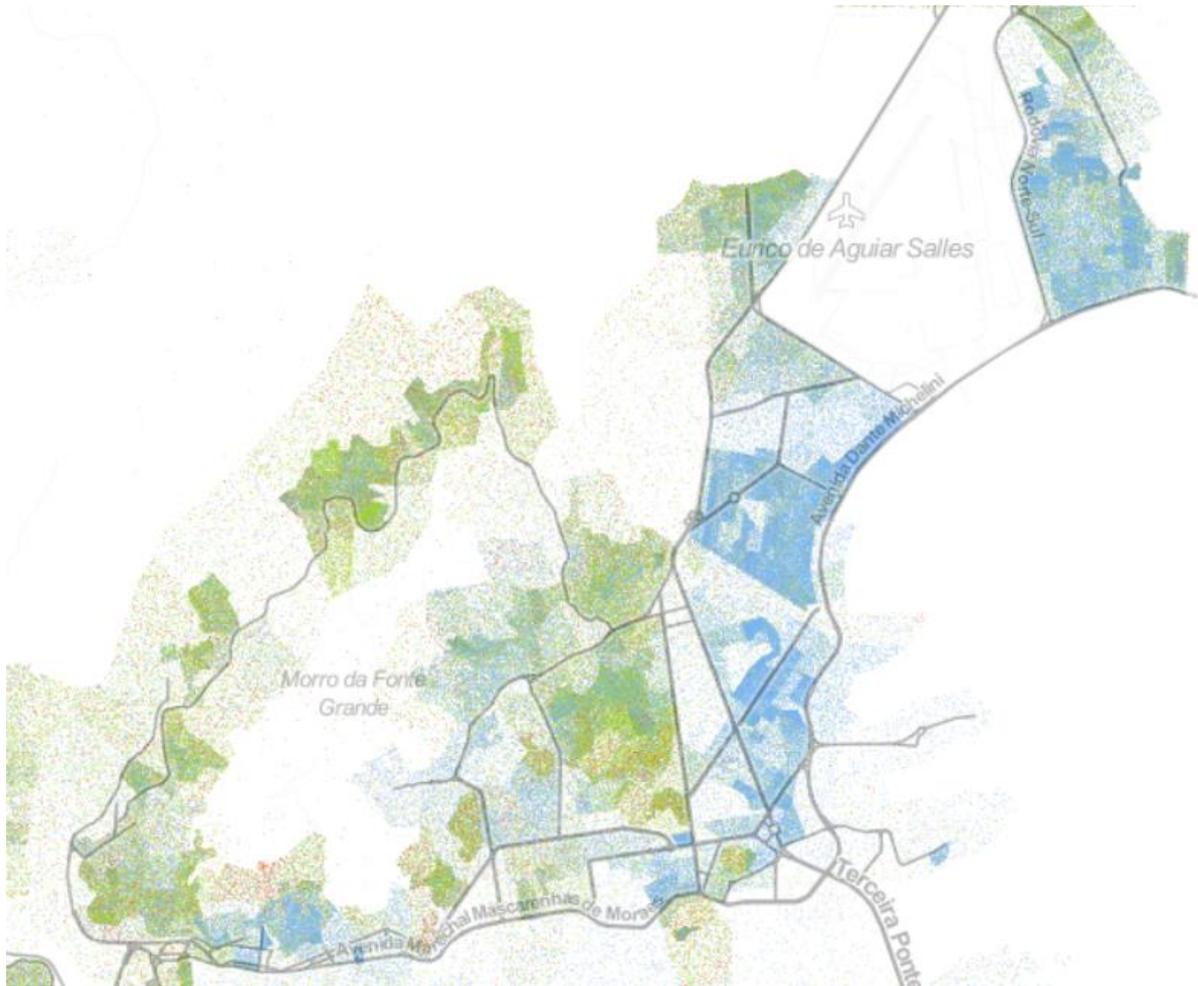
interessante considerar o possível vínculo entre segregação socioespacial e raça. Almeida (2019) ainda aborda sobre o conceito de racismo:

[...] racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem.

O autor ainda conduz sua interpretação sobre o conceito de racismo e articula com a segregação espacial, pois de acordo com Silvio Almeida, a divisão racial é frequentemente materializada no espaço em localidades específicas das cidades, como “bairros, guetos, bantustões, periferias, etc.” (ALMEIDA, 2019, n.p.).

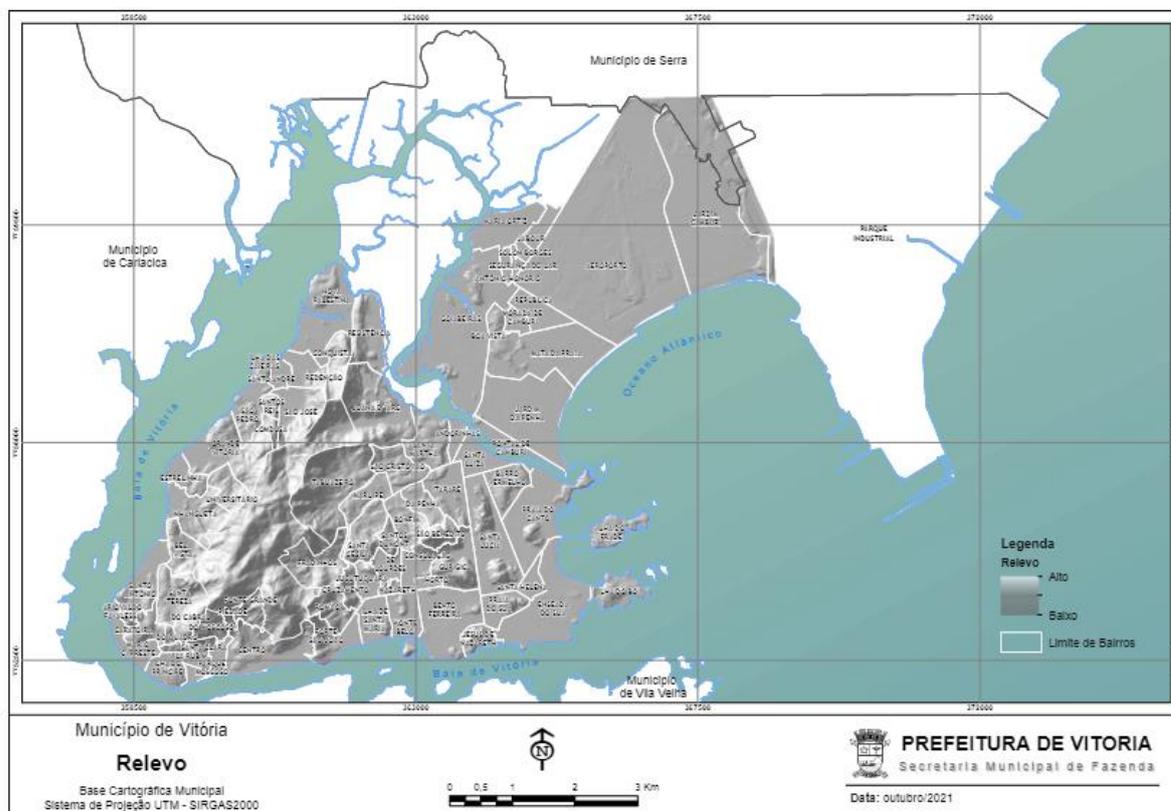
Na cidade de Vitória, a segregação racial é visível, e na grande maioria das vezes condiz com a afirmação anterior de Silvio Almeida (2019). Através do mapa interativo racial do Brasil (mapa 01 e 02), em Vitória isso é evidenciado. O litoral nordeste e leste da cidade tem uma população predominantemente branca, justamente nas áreas mais visadas pelo mercado imobiliário atualmente. Em uma pequena porção no sul da ilha, onde se localiza o antigo centro da cidade, esse fenômeno também acontece. Já no maciço central, marcado por encostas íngremes e também no norte e sudoeste da ilha, marcado pela área de mangue, tem-se presença mais expressiva de pessoas autodeclaradas pardas e pretas.

Mapa 2 – Mapa racial de Vitória



Fonte: (<http://patadata.org/maparacial/>, acessado em 25/07/2020).

Mapa 3 - Mapa relevo



Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória, 2021.

O quadro de contraposição entre uma minoria qualificada e uma maioria com condições urbanísticas precárias relaciona-se a todas as formas de desigualdade, correspondendo a uma situação de exclusão territorial. Essa situação de exclusão é muito mais do que a expressão da desigualdade de renda e das desigualdades sociais: ela é agente de reprodução dessa desigualdade. (ROLNIK, 2002, p.2).

A concentração de infraestrutura de qualidade em determinados espaços da cidade, assim como, fácil acesso a vias, meios de transporte, oportunidades de trabalho, estudo e lazer, torna muitas centralidades urbanas onerosas e inacessíveis financeiramente. Com isso, a localização é fator importante para os preços dos imóveis (VILLAÇA, 2001) e, sendo assim, a possibilidade de ocupar e apropriar diversos espaços.

Não obstante, em muitas cidades brasileiras, os mais pobres se deslocam para áreas ou residências com características ambientais mais frágeis, perigosas e de precária infraestrutura (ROLNIK, 2002, p.2). Ainda de acordo com Rolnik (2002), esse modo de urbanização seria um “urbanismo de risco”, sendo o risco não somente para os moradores que sofrem diretamente com inseguranças devido à má qualidade das habitações e/ou infraestruturas ou até pela

condição jurídica do terreno, mas também para toda a cidade que passa a concentrar as melhores potencialidades e qualidades em um espaço determinado, impedindo que essas qualidades sejam partilhadas igualmente pelos cidadãos.

Este trabalho de pesquisa engloba principalmente a atuação de mulheres negras e de baixa renda nos movimentos por moradia. Ao considerar então esses sujeitos, além da raça, é importante analisarmos também a questão do gênero no espaço urbano e na busca pela moradia digna, para que possamos compreender mais fielmente a combinação dessas estruturas em nossas cidades.

“... é o padrão colonial moderno o responsável pela promoção dos racismos e sexismos institucionais contra identidades produzidas durante a interação das estruturas, que seguem atravessando os expedientes do Direito moderno, discriminadas a dignidade humana e às leis antidiscriminação” AKOTIRENE p. 40

1.3 MULHERES, CIDADE E ACESSO A MORADIA

Ao relacionar a perspectiva feminista às formas de produção do espaço, vemos como é relevante que os sujeitos e seus contextos sejam considerados, para que não continuemos criando cidades que pressupõe comportamentos relacionados a um sujeito "tipo" de cidadão.

O movimento feminista, sobretudo aquele que foi construído a partir do rompimento com a ideia universal da categoria mulher, ou seja, ressignificando categorias diversas de mulheres pela premissa da interseccionalidade - negras, indígenas, latino-americanas e mulheres de cor ou não brancas, entre outras - é que acaba por reestruturar as bases iniciais para o entendimento e aplicabilidade, bem como para a detecção das fissuras e distorções que necessitavam de atenção. Essa concepção é fundamental para pensar as desigualdades por uma perspectiva de gênero, partindo dos lugares sociais das mulheres (BERTH, 2019, p.50 – 51).

A extensa história de planejamentos de cidades se deu através de diversos e incontáveis erros e acertos. Jane Jacobs (1961) há algumas décadas, considerava que a melhor ferramenta para estratégias mais eficazes é a busca pela compreensão da dinâmica local, a relação das pessoas com os espaços, a apropriação ou a falta de apropriação por determinados pontos, as causas e consequências de tais fenômenos. Para a autora esses exercícios de aproximação

seriam mais importantes que conhecimentos técnicos ou normas academicistas. Para tanto, é necessário compreender as reais demandas e potencialidades, e o que funciona em determinado contexto e/ou o que não funcionaria de forma alguma. Para Jacobs (1961), o planejamento estabelecido de forma vertical, imposto a maioria de seus cidadãos, sem consultas ou plebiscitos tende a encontrar mais obstáculos em suas implementações.

Zaída Muxi (2018) possui pensamento semelhante ao de Jacobs (1961), acerca importância da participação popular na concepção dos planos, no entanto, Muxi adiciona a perspectiva do gênero⁵ na elaboração de planos para cidades. Para Montaner e Muxi (2011), existe um modelo de cidade universal amplamente difundido, que apesar do nome, é desenhado para um determinado público-alvo, um “modelo tipo” de cidadão, com gênero, raça e classe social bem delimitadas.

A cidade universal beneficia e privilegia indivíduos com certas particularidades, que no caso dos centros urbanos brasileiros se restringe a um grupo de pequenas proporções, mas que concentra grandes poderes. Alguns dos inúmeros aspectos que podem estar presentes no cotidiano de cidades elaboradas para um determinado "tipo" de cidadão são: cidades projetadas para automóveis particulares, sem iluminação nem diversidade de uso, falta de fiscalização de imóveis abandonados, concentração espacial de renda e segregação socioeconômica.

Acerca das características físicas das cidades, Jane Jacobs (1961) apresenta abordagens similares, as quais muitas vezes estão relacionadas a sensação de segurança. Mas, as análises de Muxi avançam para a segurança da mulher.

Obviamente, o homem pode sofrer alguma forma de violência, ser atacado, ser morto, mas não por ser homem, em geral, por causa de seus pertences, o que também ocorre com a mulher. Entretanto é a mulher que morre de medo do outro. Neste sentido, é muito importante que a cidade tenha ruas seguras – e a rua segura está relacionada com a existência de diversidade de usos, de pessoas, com comércio e serviços em diferentes horários, com boa iluminação, com calçadas largas, dando prioridade às pessoas e não aos carros. E se olharmos para as cidades, há muitas que são totalmente o oposto. Então há muito que fazer (MUXI, set.2018).

⁵ El género es la construcción cultural de roles atribuidos a los sexos que asigna espacios y establece prioridades: lo privado y lo público, pares complementarios y antagónicos ... Esta valoración discriminadora tiene su formalización en el orden doméstico y en el urbano, dos figuras complementarias e inseparables. La construcción de los géneros se articula según las jerarquías que comporta la estructura patriarcal, y los roles de género son una definición sociocultural sobre aquello que resulta apropiado para cada sexo. (Muxi, (2011), p.197)

São inúmeras as cidades que apresentam inseguranças, principalmente às mulheres. Aos aspectos mencionados anteriormente, sentimos a liberdade de adicionar a insegurança habitacional e alimentar, ausência de saneamento básico, dentre outros.

A segurança da ocupação fica comprometida não apenas pela precariedade das construções, mas também pelo despejo de lixo nas encostas, pela ausência de obras de drenagem e pelo encharcamento do terreno promovido pela infiltração de esgotos provenientes das fossas individuais. Em vez de planejar a remoção da população (cujo custo é bastante alto) os governos incentivam a ocupação executando um programa de obras pontuais de iluminação pública e asfaltamento do acesso para a entrada do transporte coletivo (MARICATO, 2003b, p.157).

O motivo pelo qual inserimos inseguranças como a habitacional e a alimentar neste trabalho de pesquisa, está associado aos altos índices de famílias chefiadas por mulheres no Brasil. A cultura de abandono paterno cresce de acordo com pesquisas recentes no país. Não obstante, a autora estadunidense Diana Pearce discorre sobre o termo “feminização da pobreza” a partir do ano de 1978, para a autora a rotina que responsabiliza mães pelo sustento da família, pode agravar em um fenômeno muito conhecido em sociedades patriarcais, de empobrecimento e vulnerabilização de mulheres.

Nas grandes cidades, esse fenômeno é ainda mais perceptível. Principalmente em regiões mais carentes de infraestrutura. Por essas razões, acreditamos que o embate por moradia digna, bem como, acesso a saneamento básico e alimentação segura, são questões de gênero.

através dessa articulação de raça, gênero, classe e território, em que os fracassos das políticas públicas são revestidos em fracassos individuais, ausências paternas na trajetória dos adolescentes e jovens são inevitavelmente sentenças raciais de mortes deflagradas pela suposta guerra às drogas (AKOTIRENE, p.41).

Dessa maneira, a construção social de nossos comportamentos, bem como a constituição dos espaços físicos de nossas cidades, parece possuir o poder de estabelecer obstáculos para grupos vulnerabilizados, principalmente para mulheres negras e pobres.

O exercício de questionar a influência da colonização nos processos culturais é interessante neste momento. Na sociedade brasileira é muito comum que indivíduos, como também grupos organizados, continuem adotando uma jornada civilizatória rumo a família ideal, comumente caracterizada enquanto heteronormativa e com distinção de papéis fortemente influenciada pelo gênero biológico. No entanto, a família tipicamente brasileira não

pode ser reduzida a esses moldes, porque ela se consolida cada vez mais como monoparental, em que somente um dos progenitores se faz presente. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010), 31% das famílias brasileiras são constituídas por "mães solo", segundo apontamentos do Instituto as proporções continuam em crescimento.

De acordo com a Central Nacional de Informações do Registro Civil (CRC), das 1.280.514 crianças nascidas ainda no primeiro semestre do ano de 2020, 80.904 das crianças não apresentam o nome do pai registrado na certidão de nascimento. Além disso, dados do (IBGE,2020) registram que 12 milhões de mães chefiam os lares sozinhas e dessas, 57% se encontram abaixo da linha da pobreza. Esses dados possibilitam interpretações sobre o contexto de gênero implicado na sociedade brasileira, e nos auxiliam a compreensão das motivações do protagonismo feminino nas reivindicações por moradia, ainda mais notável dentro das realidades de edificações ocupadas.

Temos uma nítida incongruência entre os valores morais socialmente almejados e os de fato concretizados. A busca incessante pela família modelo, que leva em diversos contextos históricos brasileiros a "marcha pela família", é de uma enorme violência epistêmica, que nos distancia cada vez mais de entender e refletir alternativas que poderiam amparar e conter essa realidade. A constituição de um modelo familiar chefiado por mulheres, não corresponde a imposição da considerada família modelo de um sistema capitalista produtivo. Almejamos a nível social, um modelo que se mostra cada vez mais inalcançável, e que pode contribuir para frustrações, condenações e distanciamentos da compreensão daquilo que de fato nos circunda.

Os traços de uma sociedade previamente escravocrata se mostram muito fortes em diversos dos países do sul global como é o caso do Brasil, essas características se tornam ainda mais intensificadas no período de reclusão e isolamento social, que o momento de pandemia exige. Essa relação de sociedade escravocrata é percebida quando tensionamos a relação entre os serviços considerados essenciais e os repetitivos esforços em mantê-los imperceptíveis. Apesar da característica de essencialidade de algumas atividades, comumente não são conduzidas de forma a incentivar ou até mesmo gratificar essa importância, e sim o oposto, perpetua-se uma lógica de subserviência para com muitos desses serviços. No Brasil podemos

listar uma série de trabalhos - não considerados de fato emprego -, que, no entanto, envolvem riscos.⁶

A autora chama atenção para as mulheres racializadas, que promovem a higienização de lugares públicos e privados sob condições precárias de trabalho e com reduzidos ou inexistentes vínculos empregatícios. Sobre esses corpos, que apesar de cruciais para manutenção da lógica econômica do capital na qual estamos inseridos, existe um cansaço e sinais de esgotamento que são constantemente escondidos, devido ao esforço de sua invisibilização. Vergès (2020) relata a exaustão proveniente de uma rotina de trabalho que exige um desgaste físico e não pode ser vangloriado, a partir disso, a autora realiza um ponto de inflexão do cansaço a depender do corpo que o demonstra. Existe o cansaço protagonizado por mulheres não brancas, que trabalham e se locomovem pelas cidades de maneiras quase imperceptíveis. No entanto, há um ponto de inflexão, a partir do momento em que o cansaço passa a ser protagonizado por um grupo social específico, torna-se agente de uma rotina de desgaste mental e corporal que, no entanto, é vangloriada, pois é traduzida em poder e imponência. Esse cansaço se materializa através da busca pelo corpo e mente projetados para o masculino, intelectual e fisicamente saudável. Um esgotamento que representa sucesso econômico e social de um indivíduo que frequenta academias, bancos, edifícios corporativos entre outros empreendimentos capazes de propiciar e alimentar um sistema de entidades "autônomas" sempre dispostas a melhorar e avançar constantemente sua produção, seja ela laboral ou pessoal.

Dessa maneira, a construção social de nossos comportamentos, bem como a constituição dos espaços físicos de nossas cidades, parece possuir o poder de estabelecer obstáculos para grupos vulnerabilizados, principalmente para mulheres negras e pobres.

Observamos a necessidade da busca pela ruptura com a ideia de cidade hegemônica, que se encontra vinculada a padrões que não condizem com a realidade dos sujeitos brasileiros,

⁶ Fenômeno de possível associação à uberização do trabalho, fenômeno que intensifica relações de trabalho em moldes neoliberais e se encontram relacionados à mobilidade através de automóveis. Essas atividades monetárias, ainda precarizadas legalmente, passam a minimizar vínculos e direitos empregatícios. Tais atividades estão principalmente associadas a aplicativos disponíveis para dispositivos móveis. No entanto, a lógica não é nova quando a mão de obra é feminina, ainda mais caso seja racializada, tendo em vista processos como o de terceirização do trabalho.

e sim a sujeitos-tipo que compõem um grupo pequeno. Com isso, mostra-se eficaz a busca pela problematização dos processos de produção espacial de caráter excludente, para compreender o real contexto da cidade de Vitória e seus habitantes.

o desafio consiste em construir um espaço sem gênero nem ordem patriarcal: por tanto um espaço sem hierarquias, horizontal, um espaço de viabilize as diferenças e não as desigualdades, um espaço de todos e todas em igualdade de valorização de olhares, saberes e experiencias (MUXI, 2011, p.198).

Até este momento, abordamos brevemente assuntos que atravessam a pesquisa de maneira mais teórica, como as questões de raça, gênero e classe cruzadas nos espaços da cidade. Como também a influência dessas questões no ocupar e apropriar o espaço.

2. DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS ENTRE ASSENTAMENTOS

Neste capítulo analisamos o que aprendemos junto às mulheres dos movimentos por moradia, como também, materiais recolhidos em jornais eletrônicos, dados estatísticos, produção de mapas de autoria própria. Durante o andamento da pesquisa fica claro a importância da magnitude do conceito de território para um grupo que se mantém unido pela ideia de comunidade e pertencimento, e não somente pelo espaço propriamente dito, mas sim pela importância do símbolo que o conceito emprega. De acordo com Medeiros (2009), o território: “é um espaço de identificação”.

Se onde há poder, há resistência, o processo de reterritorialização implica no restabelecimento de um controle (previamente destituído) no/pelo espaço – um contrapoder frente à dominação amplamente econômico-funcional do território pelo poder institucionalizado – do Estado e do mercado. Territórios alternativos, nesse sentido, podem insurgir na medida em que os indivíduos compulsoriamente deslocados buscam uma certa estabilidade, uma (re)integração, pela dominação (dimensão econômico-funcional) e pela apropriação (dimensão simbólica ou expressiva) do espaço (HAESBAERT, 2012). “Assim, ‘reterritorialização’ implica um movimento de resistência – à desterritorialização imposta” (HAESBAERT, 2012, p.262).

2.1 CONTEXTO DO TRABALHO DE CAMPO

O primeiro contato com ocupantes de áreas centrais de Vitória, se deu através de ações promovidas pelo BR CIDADES⁷ no ano de 2019, no momento a ocupação autodenominada Chico Prego, ocupava o edifício Santa Cecília, no centro da cidade. A partir desse momento, é que tive os primeiros contatos com ocupantes, bem como com a defensoria pública e integrantes dos movimentos por moradia, sempre presentes nos atos.

Antes da pandemia, em dezembro do ano de 2019, fora realizada uma conversa informal de aproximadamente quatro horas com uma liderança do movimento nacional de luta pela moradia (MNLN) do Espírito Santo. Entre setembro de 2020 a fevereiro de 2021 foram conduzidas mais seis entrevistas individuais informais e não estruturadas através de

⁷ Definir brcidades

videochamadas, de em média uma hora e meia cada, que contou com participantes de ocupações na cidade de Vitória e lideranças de movimentos sociais como o MNLM, Brigadas Populares e MST. Sendo essas figuras todas mulheres. Os nomes das participantes da pesquisa foram omitidos para assegurar suas identidades. Estas entrevistas foram gravadas em áudio, seguindo o protocolo de aceitação e, posteriormente transcritas. Após a transcrição, todo o material foi analisado.

Ao decorrer da pesquisa, nos deparamos diante um acontecimento peculiar que se estabelece no deslocamento de um grupo de ocupantes que percorrem um trajeto entre ocupações e desocupações (reintegrações de posse). Frisamos neste momento, que focamos em uma trajetória percorrida por famílias desde a ocupação 01 (Fazendinha) até onde hoje encontra-se a ocupação Chico Prego, em uma escola pública municipal desativada no bairro do Romão. Ressaltamos que após a reintegração de posse da Fazendinha, outras ocupações na região do antigo centro da cidade foram concebidas concomitantemente, algumas amparadas por movimentos sociais e outras não. Consideramos interessante para a pesquisa, realizar um recorte com um grupo específico que continua unido desde a primeira ocupação, e segue construindo uma permanência organizada, mesmo que nem sempre no mesmo espaço físico, mas sim constituindo um território sonhado.

Desse modo, os ocupantes passam ao longo tempo por processos de trocas de experiências adquirem mais conhecimento e embasamento técnico para negociações, e assim, mantêm o coletivo unido em prol de um objetivo comum.

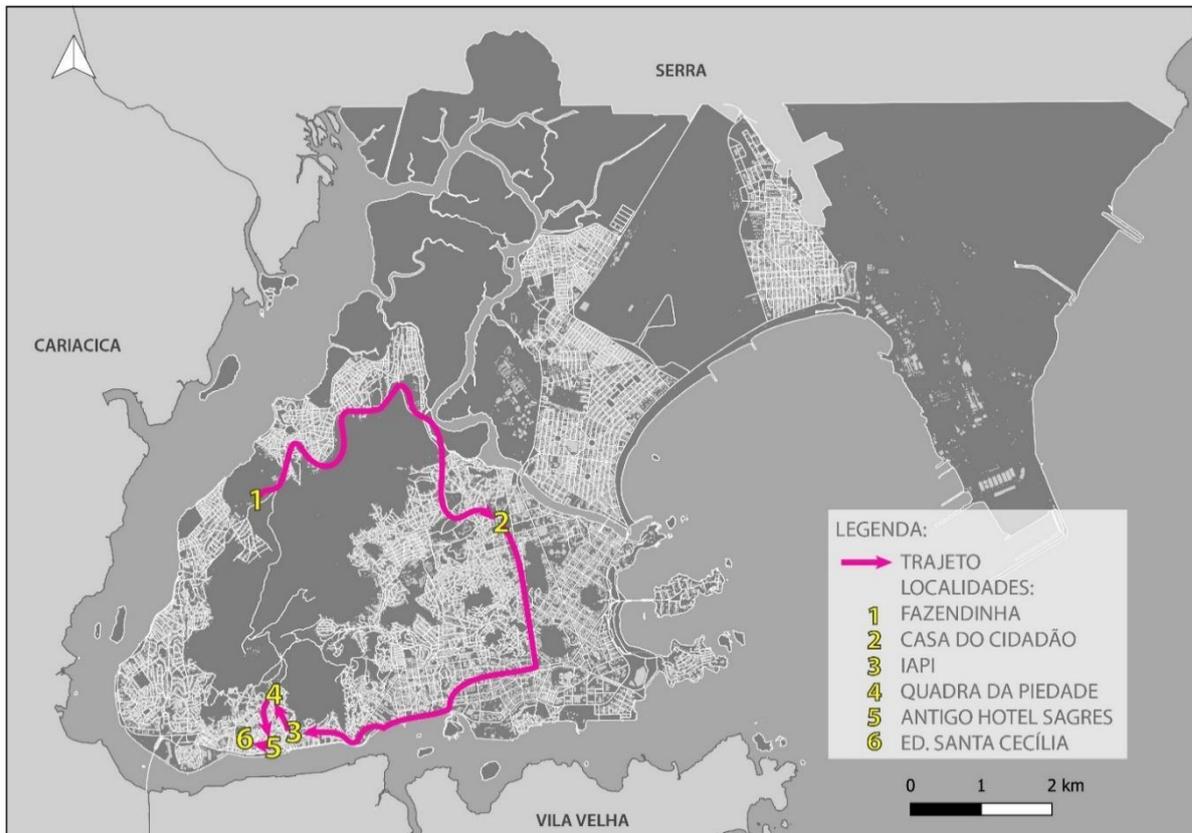
2.3 UM TRAJETO ENTRE OCUPAÇÕES E DESPEJOS

Entre 2017 e 2020, na cidade de Vitória, ocorreu uma série de ocupações em propriedades públicas e privadas que não cumpriam a sua função social. Essas ocupações foram acompanhadas por uma trajetória espaço-temporal em decorrência de sucessivos despejos e, conseqüentemente, de deslocamentos compulsórios (desterritorialização), viabilizados principalmente por relações de poder opressoras. Não obstante, houve um contínuo esforço de resistência através de novas ocupações (re-territorialização), as quais se estabilizaram em março de 2020 através de acordos temporários com o poder público. As ocupações foram promovidas principalmente pelo MNLM, contando, ocasionalmente, com o apoio do Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e das Brigadas Populares. Um dos objetivos do MNLM é auxiliar famílias em situações de vulnerabilidade a reivindicar seu acesso à moradia digna.

O mapa 04 possibilita a leitura do deslocamento espacial da trajetória iniciada no ano de 2017. Durante esse período, foram realizadas seis ocupações de características e de proporções distintas, considerando o número de famílias e de indivíduos participantes. Esse número é fluido devido à grande variação de adesão e de desistência de indivíduos e famílias ao longo do trajeto. Representadas no Mapa 4, as ocupações em questão são: (1) Fazendinha; (2) Casa do Cidadão; (3) IAPI; (4) Quadra da Piedade; (5) antigo Hotel Sagres; (6) Edifício Santa Cecília. As longas distâncias percorridas surpreendem por terem sido realizadas a pé, com a participação de idosos e de crianças. A caminhada, em forma de passeata, é uma estratégia com o objetivo de ocultar a intenção de ocupação de um espaço.

Mapa 3 - Mapa do trajeto, entre ocupações e deslocamentos, iniciado no ano de 2017 em Vitória-ES.



Fonte: autoria própria, 2020.

A primeira área ocupada pelo grupo, em abril de 2017, foi a Fazendinha (1), propriedade privada que contempla área de preservação ambiental, localizada na região noroeste da ilha de Vitória. Singular em sua horizontalidade por se tratar de um lote vazio, a ocupação contou com centenas de famílias. Na ocasião, os abrigos erguidos pelos ocupantes foram marcados pelo sentido de urgência e de imprevisibilidade, ora feitos com lona (Figura 1), ora pouco mais estruturados com madeirite.

Figura 1 - Abrigo erguido na ocupação da área denominada Fazendinha, em 2017.



Fonte: MADEIRA, 2017.

A ocupação foi alvo de retaliações, como se nota em fala publicada em jornal eletrônico, no ano de 2017:

Essas famílias cometeram um esbulho possessório (crime de invadir terreno alheio com intuito de posse) e o proprietário da área pode pedir reintegração de posse. Esse instrumento jurídico fará, de forma coercitiva, com que deixem o local, com presença da polícia para garantir a ordem pública. Ocupado ou não, se o terreno não as pertence, essas famílias não devem construir lá. E aquelas pessoas nem têm direito ao usucapião [...]. O direito de propriedade é garantido pela Constituição Federal. O dono tem direito de cercar e deixar o seu terreno sem construção (CUSTÓDIO, 2017).

Os procedimentos utilizados para o despejo dos ocupantes demonstram a tensão social ocasionada na época:

Eles chegaram, jogaram gás lacrimogêneo, bala de borracha em cima dos moradores, não deram tempo da gente tirar as coisas da gente. Chegou com os tratores quebrando tudo que a gente tinha. Querendo ou não, a gente tinha aquilo ali como uma segurança (membro do MNLM e participante das ocupações, informação verbal)⁸.

A ocupação persistiu por cerca de um mês. No dia do despejo, entre acerca de 100 (cem) pessoas oriundas da Fazendinha se dirigiram à Casa do Cidadão (2), anexo da Câmara Municipal de Vitória voltado aos serviços de atendimento ao cidadão, então em funcionamento. A escolha do espaço não foi ao acaso: é onde se encontra a Secretaria Municipal de Direitos Humanos. Com acampamentos improvisados no pátio do edifício, nota-se, novamente, o sentido de urgência. Contudo, neste momento, o principal objetivo era a realização de uma série de reivindicações, sobretudo pela garantia de moradia e pelo cadastramento das famílias no Cadastro Único. Os próprios participantes reconhecem a intenção de rápida passagem. Ainda assim, não se pode desconsiderar a identificação com o espaço: “[...] nós sentamos e falamos ‘a Casa do Cidadão é nossa, né? É um direito nosso, vamo lá cobrar o nosso direito’ (informação verbal)⁹.

As famílias permaneceram na Casa do Cidadão por 12 (doze dias) durante o mês de abril de 2017. Após um acordo com a prefeitura de Vitória, os ocupantes, então, prosseguiram em passeata para a próxima ocupação: o Edifício Presidente Vargas, localmente conhecido como a antiga sede do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários - IAPI (3) – edifício de catorze pavimentos que se encontrava abandonado há quase vinte anos. Nessa tomada (Figuras 2, 3 e 4), houve aumento no número de integrantes, alcançando, aproximadamente, trezentas pessoas. Esse deslocamento de ocupações para o antigo centro da cidade ocorreu de forma pioneira na cidade de Vitória, apesar de outras capitais do sudeste já apresentarem formas correlatas de ocupação em áreas centrais há algumas décadas.

⁸Entrevista gravada em 02/09/2020, via videoconferência.

⁹Entrevista gravada em 02/09/2020, via videoconferência.

Figura 2 - Fachada do edifício do antigo IAPI com bandeiras de movimentos no momento da ocupação, em 2017.



Fonte: ADUFES, 2017.

Figura 3 - Ocupação na área externa do edifício demarcada pelos pilotis, em 2017.



Fonte: SILVA, 2017.

Figura 4 - Acampamentos erguidos no interior do edifício.



Fonte: SILVA; ARPINI, 2017.

Em julho de 2017, ao completar três meses da ocupação, foi efetivada a reintegração de posse do edifício do IAPI. Grande parte das promessas não foram atendidas pelo poder público às famílias. Após a desocupação do IAPI, outros edifícios em situações de abandono ou subutilização no centro da cidade passaram a ser ocupados, o que demonstra a alta concentração de imóveis vazios no centro da cidade, assim como o grande número de famílias desabrigadas.

Dando seguimento as ocupações que tive maior contato, parte daqueles ocupantes que não tinham sequer uma alternativa se direcionaram à Quadra da Piedade (4), de usufruto de escolas de samba, nas redondezas do centro da cidade.

[...] quando chegou a reintegração de posse, a prefeitura prometeu que daria abrigo pra gente. Quem não tivesse nenhuma residência nenhum local que pudesse levar os seus móveis, a prefeitura ia colocar a gente em um abrigo. Mas o que aconteceu? Não se cumpriu o combinado. Então nós ficamos do lado de fora com as crianças, tava chovendo e a gente não tinha pra onde ir.

Tinha duas viaturas, uma em cada ponta da rua, não podia passar carro, levou a tropa de choque [...] caiu um temporal gigante, e nisso que fomos pra lá. A viatura foi nos acompanhando pra ver se a gente ia pra lá realmente, aí nós ficamos na Quadra da Piedade.

[...] A gente não tinha como cozinhar, porque como a prefeitura combinou que a gente ia pra um abrigo, eles pegaram e confiscaram nossas coisas [...]. Depois de duas semanas, descobrimos que nossas coisas estavam jogadas atrás de uma igreja. Pessoal da escola da piedade começou a levar comida pras crianças, porque as criança só tinha pão pra comer e muitas mães desesperadas (informação verbal)¹⁰.

Somado às condições precárias expostas no depoimento acima, a ocupação foi coagida a se retirar por alguns membros da comunidade local, insatisfeitos com a exposição midiática atraída pelos acontecimentos acerca do IAPI. Com isso, as famílias persistiram na Quadra da Piedade por apenas quatro dias.

Após um novo deslocamento forçado, os integrantes se dirigiram ao antigo Hotel Sagres (5), edifício privado em situação de subutilização no centro de Vitória. O hotel abrigou 32 (trinta e duas) famílias durante uma semana. Apesar da dívida acumulada ao longo dos anos pelo proprietário do edifício, a ordem de despejo foi rapidamente deliberada, surpreendendo os ocupantes:

O prédio tava devendo mais de 20 anos de IPTU, tava todo endividado com a prefeitura, pra eles entrá com ação de despejo, eles tinham que ter pago isso, mas só que como o dono é [...] lá do alto escalão, então ele mexeu os pauzinho e conseguiu essa ordem, mas não precisou ser cumprida, porque nós saímos antes, né? (informação verbal)¹¹.

Assim, as famílias deixaram o local antes mesmo da efetivação da ordem, indo em direção ao Edifício Santa Cecília (6), também no centro de Vitória, no fim do ano de 2017. Esse edifício (Figuras 5 e 6), que se encontrava em situação de subutilização há treze anos – quando cerca de quarenta famílias o ocuparam – pertence à Prefeitura Municipal de Vitória. A reintegração de posse foi solicitada logo após a entrada dos ocupantes. No entanto, a Justiça deliberou a possibilidade de despejo caso fossem destinadas residências de qualidade às famílias, estendendo a ocupação por mais tempo. Em 2020, por meio de uma nova deliberação

¹⁰Entrevista gravada no dia 25/05/2020, via videoconferência.

¹¹Entrevista gravada no dia 02/09/2020, via videoconferência.

judicial, foi ordenada a saída do edifício com a condição de recebimento de aluguel social pelo período de um ano. Um membro do MNLM afirma que, apesar de acordada por meios burocráticos, esta foi uma medida imposta e, portanto, não menos hostil, não restando alternativas senão acatar o que fora estabelecido.

Figura 5 - Cartaz produzido pelo MNLM sinalizando a ocupação do edifício Santa Cecília, em 2017.



Fonte: BARROS, 2017.

Figura 6 - Condição da fachada do edifício Santa Cecília, devido à falta de manutenção.

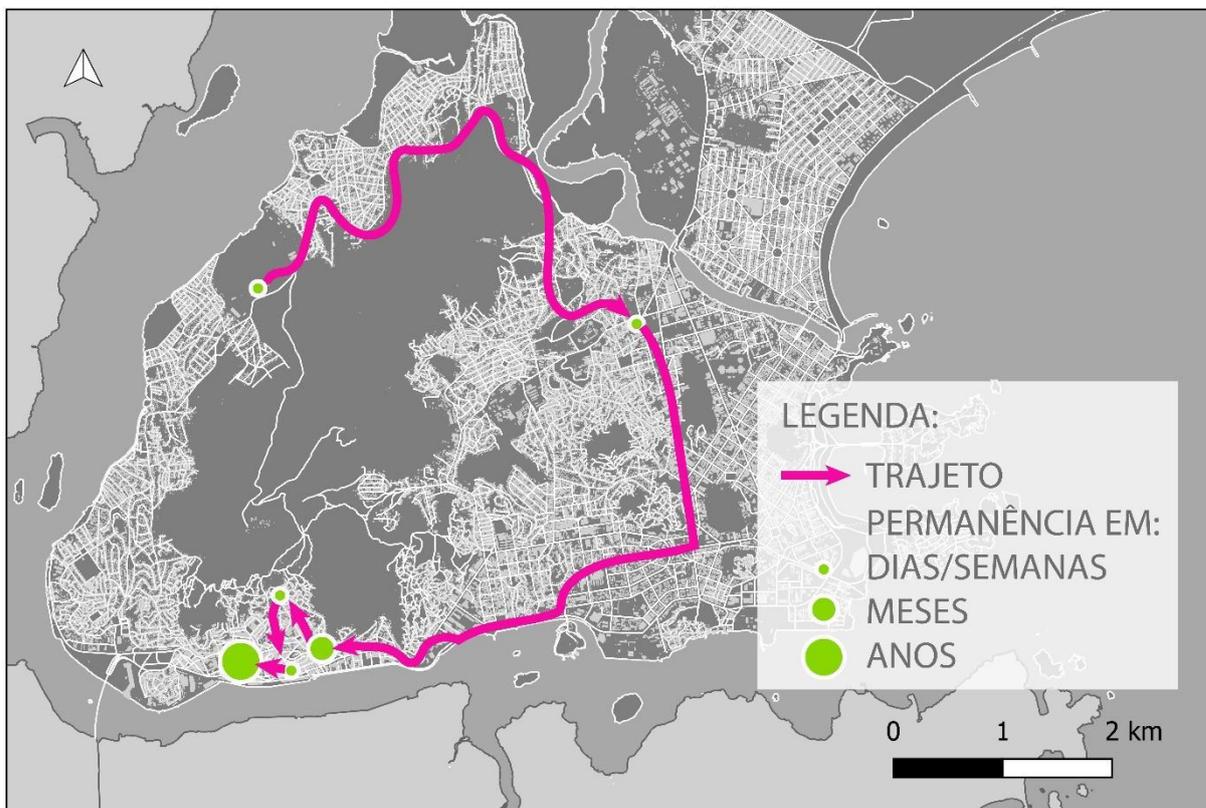


Fonte: MADEIRA, 2019.

Dessa maneira, fica evidente os obstáculos e os desafios que os membros dos movimentos de luta por moradia experienciaram por todo o trajeto, os constantes e violentos despejos (desterritorialização) promovidos por diversos atores, que abusaram do seu posicionamento nas relações de poder, oprimiram e dificultaram a (re)integração dos ocupantes com o território (re-territorialização).

Sintetiza-se, no Mapa 05, a dimensão temporal da trajetória, sendo possível análise comparativa das variâncias, de acordo com os objetivos, os acontecimentos e os conflitos ocorridos, estando estes associados ao tempo de permanência em cada localidade. A concentração das ocupações no Centro de Vitória não se deu por acaso: há nesse bairro pelo menos 127 imóveis em situação de abandono segundo relatório divulgado pela Defensoria Pública do Estado (A GAZETA, jan. 2020).

Mapa 5 - Trajeto, representando a sua dimensão temporal, evidenciando as permanências de cada ocupação.



Fonte: autoria própria, 2020.

De forma geral, a presença de ocupações em áreas centrais visadas pela especulação imobiliária ocasiona tensões socioeconômicas: de um lado, a luta pela garantia de direitos e pela constituição de seu território, de outro, a financeirização da terra, intensificando as fronteiras e limites nos espaços da cidade e legitimando processos forçados de desterritorialização.

Subvertendo essa imagem pré-concebida da lógica economicista e da estigmatização social, é louvável a organização dos integrantes dos movimentos de luta por moradia. Ou melhor, é da organização que o movimento se sustenta e pode dar continuidade à sua luta, como expressado por uma das pessoas entrevistadas:

Quando a gente fomos pro IAPI a gente já tinha que ia ser uma coisa a longo prazo, mas como virou uma ocupação com 350 pessoas, ela perdeu o controle. Não tinha

uma organização [...]. Como ficou muito grande, não tinha controle. Aí a partir do momento que nós fomos pro Santa Cecília as coisas mudaram, começamos a fazer uma carta de princípios. Cada morador tinha que assinar com seus documentos. Se você deixar de cumprir aquelas tarefas, você era expulso da ocupação.

[...] as pessoas ali do entorno do prédio Santa Cecília achavam que a gente era vagabundo, que a gente era usuário de droga, que a gente era ladrão, aí depois a gente foi mostrando que não podia som ligado depois das 22h, não pode jogar lixo pela janela, essas coisinhas básicas. (informação verbal)¹².

Também deve-se fazer jus à capacidade de mobilização dos movimentos por habitação. Os desdobramentos após as ocupações analisadas apontam para avanços relevantes, como o apoio de importantes atores sociais e a atenção da mídia, conquistando maior visibilidade à questão habitacional na cidade de Vitória.

Apesar dos despejos, a coordenação do movimento já aponta algumas vitórias de suas ações, como uma maior visibilidade e apoio social à causa, o cadastro das famílias no CadÚnico para receber assistência social e o avanço de negociações com a União para destinar o edifício que estava ocupado até domingo para moradia social (BRASIL DE FATO, 2017).

Neste sentido, a ocupação no antigo IAPI teve papel importante no fortalecimento dos trâmites referentes à transformação do edifício em moradia popular. Em 2018, o edifício foi cedido à Associação Habitacional Comunitária do Estado do Espírito Santo (Ahabitaes). O contrato de cessão firmado com a União tem um prazo de dois anos, incluindo o recebimento do financiamento para as reformas necessárias. No entanto, de acordo com a Ahabitaes, a União não efetivou o repasse da verba. Somado a isso, a Caixa Econômica Federal reitera que, em setembro de 2018, a contratação de empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (Entidades), com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) foi suspensa. Como resultado, a Ahabitaes permanece aguardando o repasse de verba e corre o risco de perder a cessão.

O superintendente de Patrimônio da União, Márcio Furtado, informou que o contrato será respeitado, mas que se não houver a verba prevista para a reforma, no prazo, o imóvel poderá ter outra destinação. 'Não pode um imóvel no Centro de Vitória ficar abandonado, havendo demanda por ele. Poderá ter outra destinação'. [Segundo Maria da Penha de Souza,

¹²Entrevista gravada no dia 25/05/2020, via videoconferência.

presidente da Ahabitaes] “Estamos com tudo pronto e aprovado, até com licença de obra. Só falta o financiamento” (A GAZETA, ago. 2020).

Embora não seja o cenário ideal, permanece nas famílias a esperança de que o edifício se efetive enquanto habitação de interesse social. Assim, mesmo não ocupando-o como outrora, o edifício do antigo IAPI é um território sonhado. Nesse sentido, é possível uma aproximação com Medeiros: “O território pode mesmo ser imaginário e até mesmo sonhado. E, é a partir deste imaginário, deste sonho que sua construção tem início” (MEDEIROS, 2009, p. 217).

O sonho pela casa própria, portanto, passa a ser compartilhado e integrado a uma dimensão coletiva que ultrapassa os limites geográficos. E, mesmo quando alcançado, o imaginário pode persistir através da busca pela moradia digna ao seu próximo:

O que a gente vê nos movimentos, que a minha história se expande, entendeu? [...] então por isso que a gente vem participar, pra gente também poder ter a casa própria da gente. E aí a diferença minha na época é que eu ganhei o meu lote e eu não me acomodei, eu ganhei o meu, mas eu fui lutar também pelo dos outros, né? Que aí eu continuo até hoje. Hoje em dia eu tenho o meu, mas tem um monte de gente que não tem, né? (informação verbal)¹³.

2.3 HABITAÇÃO É MAIS QUE SOBREVIVÊNCIA: ABRIGO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Pessoas de máscaras, com seu álcool nas mãos, e ele com sua mochila gasta pelo tempo e sua barba ameaçando branquear. Ele para, coça a cabeça, olha a placa que diz para ele ficar em casa, pensa e observa sem entender aquelas palavras que parecem falar com ele. O que será que pensou? O que será que refletiu naquele momento? Será que viu uma ironia ou uma piada de mau gosto? Será que lembrou que neste país casa é uma utopia, um privilégio e não um direito, ou o que será que é casa para ele? Ele senta naquela avenida, ao lado de uma poça de água, pega um sabonete e lava as mãos. Lava o rosto e molha os cabelos, escova seus dentes e tenta, assim, se higienizar e se cuidar. Pois nesta cidade não é só a casa que é um privilégio, mas água para se prevenir e tentar não pegar o vírus, também é um sacrifício pra quem mora nas ruas. Uma poça de água foi o único direito e o único meio que esta cidade lhe cedeu em tempos de pandemia. (ESCOBAR, n.d., p.30)

Assim que a pandemia do coronavírus foi declarada, foram publicadas diversas previsões no meio acadêmico a respeito de possíveis futuros e como seria o mundo pós-

¹³Entrevista gravada no dia 25/08/2020, via videoconferência

pandemia. Apesar de autores reconhecidos escreverem interessantes alternativas futuristas, em primeiro momento, pouco se falou sobre os impactos da pandemia no Sul global e suas populações periféricas. De encontro a isso, Mbembe (2020, p. 3), considera que a atual pandemia intensificou o que ele denomina de “redistribuição desigual da vulnerabilidade”. Ao contrário do que muitos pensaram no início, a pandemia não afetaria/afetou a todos igualmente, para o autor já estava claro a condenação dos mais vulneráveis a exposição da doença.

Nas partes do mundo onde os sistemas de saúde foram devastados por anos de abandono organizado, o pior ainda está por vir. Na ausência de leitos hospitalares, respiradores, exames em massa, máscaras, desinfetantes à base de álcool e outros dispositivos de quarentena para as pessoas já afetadas, serão muitos aqueles que, infelizmente, não passarão pelo buraco da agulha (MBEMBE, 2020, p.8).

Dessa maneira, podemos hoje após dois anos de pandemia, confirmar tais previsões, e além dessas, somar ao jogo político de interesses que ocorre em nosso país, principalmente em ano de eleição. Uma mistura de desinformação, *fake News* e colapsos do sistema de saúde de acordo com os picos de contaminação dos vírus. Ainda mais atual, o negacionismo em relação a vacinação e a descrença com outros cuidados relacionados a doença passam a ser perceptíveis com o aumento das ocupações de leitos dos hospitais por não vacinados.

A condução da pandemia no Brasil nos dois últimos anos foi condenada mundialmente. No âmbito federal, os interesses políticos falaram mais alto, e as estratégias necessárias para conter a disseminação do vírus e suas consequentes mortes foram negligenciadas.

Figura 7 - Manchete de jornal Deutsche Welle: Bolsonaro – culpado pelas 120.000 mortes do Corona?

BRASIL IEN

Bolsonaro - schuld an 120.000 Corona-Toten?

In Brasilien hat ein Untersuchungsausschuss den Umgang der Regierung mit COVID-19 geprüft. Der Abschlussbericht wirft Präsident Jair Bolsonaro eine Reihe von Straftaten vor, darunter Verbrechen gegen die Menschlichkeit.



Fonte: sítio eletrônico, acessado em: 21/10/2021 (<https://www.dw.com/de/bolsonaro-schuld-an-120000-corona-toten/a-59578694>)

Figura 8 - Manchete de jornal New York Times: 560.000 mortos por covid, 27 milhões na pobreza extrema e uma democracia ameaçada. É urgente tirar o Bolsonaro.



Fonte: sítio eletrônico, acessado em: 21/10/2021

<https://www.nytimes.com/es/2021/08/11/espanol/opinion/brasil-bolsonaro-impeachment.html>

Figura 9 - Manchete de jornal BBC News: Youtube retira vídeos de Bolsonaro por desinformação sobre Covid.



Fonte: sítio eletrônico, acessado em: 21/10/2021 (<https://www.bbc.com/news/world-latin-america-57923862>).

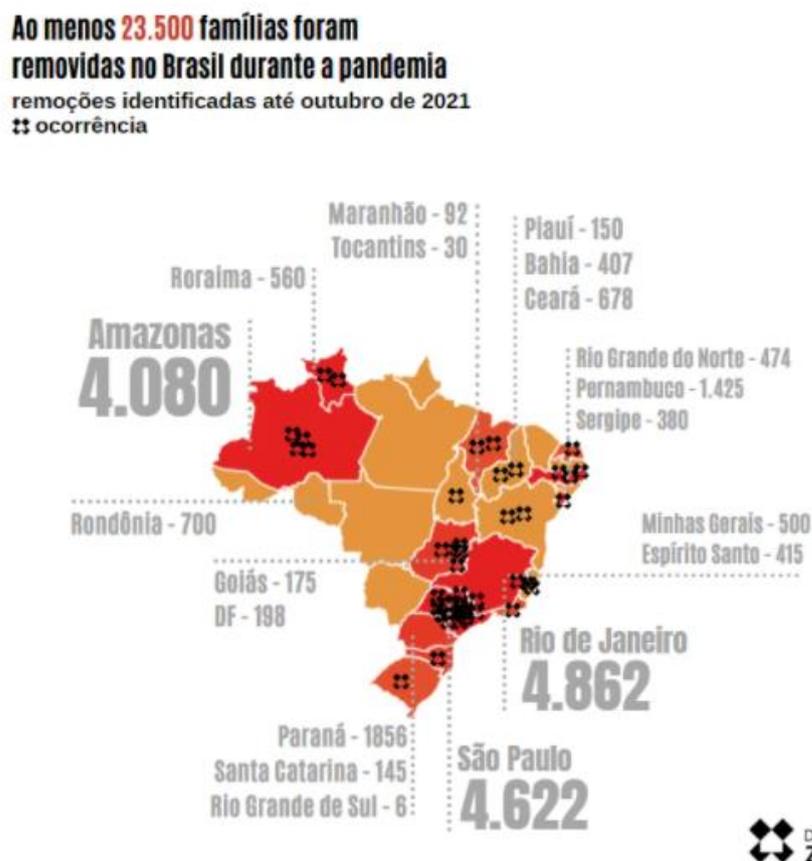
No Brasil, o descaso com os mais necessitados desde o início da pandemia tem sido alarmante. Muito se falou em curas alternativas sem comprovação científica, e enquanto isso o desmatamento e o garimpo ilegal aumentaram vertiginosamente, assim como outras pautas irrelevantes para o momento. Muitos dos programas de cunho social foram postergados, e inclusive, o programa Minha Casa Minha trocou de nome e cor.

A desigualdade social e econômica garantirá a discriminação do vírus. O vírus por si só não discrimina, mas nós humanos certamente o fazemos, moldados e movidos como somos pelos poderes casados do nacionalismo, do racismo, da xenofobia e do capitalismo (BUTLER, 2020,s/p).

A OMS emitiu recomendações de cessar despejos durante o momento de pandemia, para que as pessoas pudessem minimamente se proteger do vírus e diminuir a superlotação de leitos hospitalares. No entanto, não foi o que ocorreu em quase dois anos de pandemia. De

acordo com dados da Campanha de Despejo Zero (Figura 11), cerca de 23.500 famílias foram removidas até outubro de 2021.

Figura 10 - Dados da campanha nacional despejo zero



Fonte: sítio eletrônico, acessado em: 22/11/2021 (<https://www.campanhadespejozero.org/>).

Somado a crescente taxa de desemprego¹⁴, o cenário do país após dois anos de pandemia não parece promissor. Regredimos algumas décadas de políticas públicas, principalmente das que visam o amparo e oportunidades de vida digna para cidadãos de baixa renda.

Durante a pandemia a pobreza aumentou, assim como o número de famílias que passaram a viver nas ruas. Em artigo publicado pelo jornal eletrônico Folha (2022), Bonduki¹⁵ relata que o perfil de pessoas em situação de rua mudou na cidade de São Paulo durante a pandemia. De acordo com o artigo, antes da pandemia, o perfil das pessoas que viviam nas ruas

¹⁴ Estima-se no momento cerca de 12,9 milhões de brasileiros estejam desempregados (CNN Brasil, 2022)

¹⁵ Professor doutor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

era em grande parte constituído por homens, geralmente com dependência de álcool e outras drogas e/ou com problemas familiares. Hoje, além desse perfil, que perdura na situação, quase 30% das pessoas que habitam as ruas de São Paulo são compostas por pessoas que perderam o trabalho e renda. Existe a possibilidade desses números estarem subdimensionados, no entanto, Bonduki (2022) afirma ser possível um “resultado da forte crise habitacional que atingiu inquilinos pobres em decorrência da pandemia e do isolamento social.”

Tendo em vista isso, no presente momento ainda não temos dados quantitativos sobre algo parecido no estado do Espírito Santo, mas podemos afirmar que muitas famílias continuam sendo afetadas, tanto pelo ônus excessivo do aluguel, como pelo momento de pandemia, o qual muitos perderam suas fontes de renda. Quando associamos então, essa realidade a de mulheres no comando de suas famílias, sabemos que na cidade de Vitória a situação segue se agravando, como podemos ver no relato de uma entrevistada:

[...] tô cobrindo uma amiga que toma conta de um idoso. Entro 7h da manhã e saio 7h da noite. São 12h, né? Mas é um dia sim um dia não. Tá muito complicado, porque eu sou asmática, né? Tá todo mundo aqui de casa de quarentena, eu tenho ido pro trabalho, mas venho do trabalho pra casa, quem tem ido no supermercado é meu filho (Informação verbal).

A mesma entrevistada continua o relato acerca da própria responsabilidade familiar, devido ao fato de ser a dela também uma família monoparental.

Eu conheço várias mulheres, que em suas casas, são elas, que são provedoras [...] têm que trabalhar, eu vejo várias no ônibus indo pro trabalho, conheço várias que vão indo no Ceasa buscar verdura, porque não tem nada na sua casa pra comer." (Informação verbal)¹⁶

As situações de vulnerabilidade de mulheres negras, que habitam, principalmente o sul global, se tornaram alarmantes durante a pandemia causada pelo vírus COVID19, a qual exige higienização e desinfecção constantes e extremas. Vergès (2020) nos convida a refletir sobre a linha de frente da limpeza nos países do sul global, que durante esse período se encontram em situações cada vez mais marcadas por prejuízos físicos e morais:

Escrevi este livro para mostrar que o trabalho de cuidado e limpeza é indispensável e necessário ao funcionamento do patriarcado e do capitalismo racial e neoliberal; contudo, embora indispensável e necessário, ele deve permanecer invisível, marcado

¹⁶ Entrevista realizada no dia 25 de maio de 2020, por videoconferência.

pelo gênero, racializado, mal pago e subqualificado. Também o escrevi para tornar visível a dimensão colonial e racial de um feminismo muitas vezes sem segurança ou em condições impróprias para condução dos trabalhos (VERGES, 2020, p.11).

Os traços de uma sociedade previamente escravocrata se mostram fortalecidos por uma dinâmica estrutural em muitos dos países do sul global, como é o caso do Brasil. Essas características se tornam ainda mais intensificadas no período de reclusão e isolamento social, que o momento de pandemia exige. Esse fenômeno é percebido quando tensionamos a relação entre os serviços considerados essenciais e os repetitivos esforços em mantê-los imperceptíveis. Apesar da característica de essencialidade de algumas atividades, comumente não são conduzidas de forma a incentivar ou até mesmo gratificar essa importância, e sim o oposto, perpetua-se uma lógica de subserviência para com muitos desses serviços. No Brasil podemos listar uma série de trabalhos - não considerados de fato emprego -, que, no entanto, envolvem riscos¹⁷.

Sobre esses corpos, que apesar de cruciais para manutenção da lógica econômica do capital na qual estamos inseridos, existe um cansaço e sinais de esgotamento que são constantemente escondidos, devido ao esforço de sua invisibilização. A autora relata a exaustão proveniente de uma rotina de trabalho que exige um desgaste físico e não pode ser vangloriado, a partir disso, a autora realiza um ponto de inflexão do cansaço a depender do corpo que o demonstra. Existe o cansaço protagonizado por mulheres racializadas, que trabalham e se locomovem pelas cidades de maneiras quase imperceptíveis, no entanto tem-se um momento em que o cansaço sofre uma inflexão, a partir do momento em que ele passa a ser protagonizado por um grupo social, que representa uma rotina de desgaste mental e corporal que, no entanto, é vangloriado, pois é traduzido em poder, imponência, simbolizando a busca do corpo e mente ideal masculino, intelectual e fisicamente saudável. Um esgotamento que representa sucesso econômico e social de um corpo que frequenta academias, bancos, edifícios corporativos entre outros empreendimentos capazes de propiciar e alimentar um sistema de corpos "autônomos"

¹⁷ Fato associado a uberização do trabalho, fenômeno que intensifica relações de trabalho em moldes neoliberais e se encontram relacionados à mobilidade através de automóveis. Essas atividades monetárias, ainda precarizadas legalmente, passam a minimizar vínculos e direitos empregatícios. Tais atividades estão principalmente associadas a aplicativos disponíveis para dispositivos móveis. No entanto a lógica não é nova quando a mão de obra é feminina, ainda mais caso seja racializada, tendo em vista processos como o de terceirização do trabalho.

sempre dispostos a melhorar e avançar constantemente sua produção, seja ela laboral ou pessoal.

O prefeito de Belém, Zenaldo Coutinho, anuncia, em 06 de maio de 2020, numa transmissão ao vivo nas redes sociais, que as atividades das empregadas domésticas são essenciais na pandemia do coronavírus [...] em sua maioria esmagadora, trabalhadores de serviços domésticos são mulheres, e mulheres pobres e negras, mulheres negras e pobres [...] muitas trabalhadoras domésticas são mães, chefiam famílias, zelam pelas suas casas (LIMA, 2020, p.4).

3. MORADIA, SUBSTANTIVO FEMININO

A discussão sobre a moradia no Brasil vem de longa data, e na nossa sociedade é fortemente uma questão de gênero. O abandono paterno é um fenômeno ainda em ascensão, e afeta diretamente a vida de milhares de mulheres, principalmente as que se encontram já abaixo da linha de pobreza, que frequentemente precisam prover suas famílias financeiramente. Dentre as ocupações das quais tive contato, as profissões mais comuns entre as mulheres, estavam relacionadas a limpeza e cuidado, muitas vezes com remunerações baixas e sem garantia de direitos trabalhistas. Essa realidade dificulta que mulheres responsáveis por suas famílias tenham acesso a moradias dignas.

Os direitos à cidade e à moradia são garantidos pela constituição brasileira, no entanto, a concretização desses direitos ainda enfrenta muitos obstáculos. Os movimentos por moradia demonstram a necessidade da mobilização da sociedade civil, e um trabalho organizado que atravesse diferentes grupos e instituições para que esses direitos possam ser alcançados.

Somado a isso, vivemos em um momento ainda de criminalização de movimentos sociais e constantes tentativas de silenciamento de grupos minoritários no Brasil. Esse aspecto influencia na dinâmica dos movimentos por moradia, que por sua vez, é frequentemente composto por mulheres negras e pobres. Destacamos nesse capítulo, então, estratégias de visibilização e conscientização propostas por essas mulheres. Não obstante, concluímos o trabalho de pesquisa com um fenômeno muito presente em nosso país, que se trata da “feminização do poder em espaços populares” (NUNES, 2021). A mulher assume nesses espaços, lugares de poder e tomadas de decisão, poder esse muito distinto do que se encontra em órgãos públicos e iniciativas privadas associadas a ocupação do solo e mercado imobiliário.

3.1 FAZER-SE VISÍVEL: ESTRATÉGIAS DE VISIBILIZAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO

Spivak (2010) afirma que questões relacionadas a mulher não constituem uma prioridade global, principalmente para aquelas que habitam o sul global. É notável que a dificuldade de acessar lugares de poder é ainda expressiva e presente nessas localidades, no entanto, é relevante dizer que apesar das barreiras elevadas socialmente, as mulheres continuam

no embate para que inúmeras questões sejam solucionadas. Apesar da negligência e esforço de apagamento desses sujeitos, elas continuam investindo forças para que suas demandas básicas possam ser atendidas. A partir desse aspecto, podemos compreender que a despeito dos pós-colonialistas do *Subaltern Studies* afirmarem que determinados grupos sociais ou sujeitos não apresentarem força, visibilidade ou poder, existem relações em escalas micropolíticas que são capazes de movimentar estruturas sociais e contrariar determinadas afirmações como essa.

Existe uma característica frequentemente encontrada em diversos movimentos sociais: a auto-organização. Em ocupações que têm apoio de movimentos por moradia, como é o caso da ocupação Chico Prego, contam com a organização como estratégia de bom funcionamento interno, como também boa convivência com o entorno.

“Antes as pessoas ocupavam a terra, não era organizado, a polícia batia muito na gente. Eu já fui presa várias vezes” (informação verbal).

O MNLM e o Brigadas Populares, em conjunto com defensoria pública do Estado do Espírito Santo e comunidade acadêmica da UFES, têm organizado ações e eventos para que outras pessoas possam ter contato e entender como funciona uma ocupação, a fim de diminuir estigmas associados as ocupações. O apoio de movimentos sociais em conjunto com a atuação da defensoria pública do Estado do Espírito Santo, propicia a capacitação dos membros de uma ocupação, o que corrobora para a formação de lideranças e fornece uma base de conhecimento jurídico e legal necessário em diálogos e negociações com membros do poder executivo municipal e/ou a iniciativa privada do mercado imobiliário. Dessa forma, o embate por habitação digna passa a ter mais legitimidade perante a sociedade civil.

A parceria com a comunidade acadêmica pode ser considerada uma outra estratégia de trabalho em conjunto com trocas de experiências. No caso das ocupações em questão, houve auxílio por parte de estudantes e professores do curso de Arquitetura e Urbanismo na elaboração de propostas ou intervenções projetuais em edifícios ocupados, bem como a elaboração de estratégias de divulgação das ocupações em atos e eventos.

Outro fato interessante recentemente ocorrido, e que contribui para a visibilidade das ocupações, é o apoio por parte de representantes políticos, como no caso da Ocupação Chico Prego, que recebeu o apoio de duas vereadoras recém-eleitas a Camila Valadão e Karla Coser. De antemão, a deputada estadual Iriny Lopes também vem há algum tempo acompanhando a

movimentação por moradia no Estado e apoiando as ocupações citadas. Coincidentemente, ou não, também representantes do gênero feminino, o que poderia levantar ainda questões posteriores acerca da temática.

Na trajetória analisada no capítulo anterior, o deslocamento entre ocupações foi feito com outras finalidades, além de realizar novas ocupações. Os deslocamentos em sua maior parte, ocorreram em formato de passeata, muitas vezes cercada por forças armadas e com certa visibilidade midiática. Enquanto alguns manifestantes faziam barreiras para que outros pudessem entrar em um novo edifício, essa movimentação/passeata/ocupação passou a ter cada vez mais repercussão. O que contribuiu para que parte da mídia capixaba pudesse pressionar os órgãos públicos por habitações de interesse social.

Parcerias com agentes de outros setores da sociedade se mostra benéfica, em Vitória existe no centro da cidade, o apoio da AMACENTRO (associação de moradores do centro de Vitória), que auxilia na divulgação de imóveis abandonados, como também nas ações de ocupações. Poderíamos listar aqui diversos nomes de instituições ou pessoas parceiras que auxiliam de alguma maneira com o exercício de fazer-se visível. No entanto, é importante frisar que, esse é um exercício, antes de tudo, de fazer-se, ou seja, apesar de toda a rede de apoio, as mulheres presentes nos movimentos e suas ocupações é que escrevem suas histórias, são elas que se encontram na linha de frente em busca de seus direitos e enfrentam os inúmeros obstáculos.

Hoje, no momento da escrita deste trabalho de pesquisa, as tentativas de silenciamento de movimentos sociais de forma geral e de minorias, estão cada vez mais intensas. Vivemos um momento de disputa de poder feroz e desproporcional. Os caminhos se tornaram mais turbulentos, mas ao mesmo tempo, muito quietos, a falta de diálogo com os poderes executivos municipais e federal se tornou regra. O número de famílias sem moradia digna aumenta vertiginosamente no Estado, como também no país.

Apesar de todo o retrocesso político, com o desinteresse em debates sobre moradia digna para população de baixa renda, os movimentos por moradia instigam a esperança e o sonho de fazer a diferença. A saída encontrada por essas mulheres é continuar resistindo.

O território é um espaço de identidade ou pode se dizer que é um espaço de identificação. O sentimento é a sua base e a forma espacial importa muito pouco, pois

esta pode ser variável. O território pode mesmo ser imaginário e até mesmo sonhado. E, é a partir deste imaginário, deste sonho que sua construção tem início (MEDEIROS, 2009).

Há o compartilhamento de um sonho por um grupo social de igual objetivo: a busca por moradia e por sua identificação com o solo (MEDEIROS, 2009). Essa identificação partilhada, aponta Medeiros (2009, p.219), em um primeiro momento, é “de caráter político, social e cultural”, mas que resulta na reconfiguração do território “com a implementação do processo produtivo, da organização do espaço do assentamento com sua infraestrutura, suas novas relações sociais, econômicas e culturais”.

3.2 MORADIA COMO DIREITO

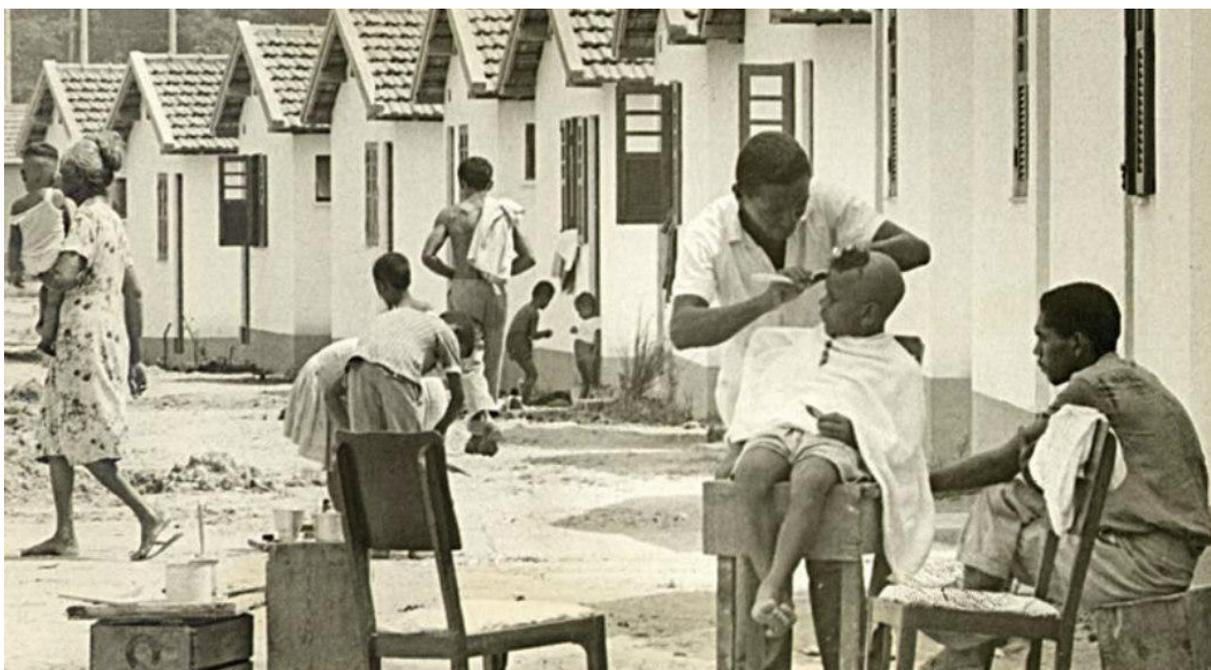
“Em nosso país, com desenvolvimento fundamentado historicamente nos latifúndios, na concentração de renda e da terra, o direito à moradia nunca foi contemplado diretamente nas nossas cartas constitucionais até o ano de 2000” (GAZOLA, 2008, p.51-52). Apesar das inúmeras conquistas com o feito da constituição de 1988, a omissão aos direitos à moradia e à cidade, revelam a falta de interesse do poder público em diminuir as desigualdades sociais, a pobreza e a concentração de imóveis.

Antes da emenda constitucional nº26 de 2000, a constituição abordava o direito à moradia de forma ampla, o assunto era competência comum da União, estados e municípios, e a eles caberia “promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico” (art.23º, IX BRASIL, 2021). Após a emenda nº 26/2000, o direito à moradia passou a ser incluído nos direitos sociais dos cidadãos, o que possibilita melhoria no atendimento da necessidade a moradia por parte dos governos. Com a emenda o artigo 6º passa a ser redigido da seguinte maneira:

Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a *moradia*, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição [BRASIL. 2000, grifo nosso].

O antigo sistema de produção de habitação social baseado nos moldes do BNH¹⁸ poderia agora ser aprimorado, pois a habitação não seria apenas a produção quantitativa de moradias, mas passam a ser incluídos outros direitos /serviços essenciais para a promoção de vidas dignas.

Figura 11 - Conjunto Habitacional na Cidade de Deus, 1966



Fonte: site eletrônico acessado em janeiro de 2022 (<https://www.gov.br/pt-br/constituicao-30-anos/textos/moradia-constituicao-garante-e-reforca-concretizacao-do-direito>).

Outra grande conquista foi a criação do Estatuto da Cidade em 2001, lei de nº 10.257, que regulamenta artigos 182 e 183 da constituição. Afinal, de acordo com Maricato (2015, p.108): “ninguém vive somente dentro de casa: vive na cidade”. Essa lei estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providencias. O Estatuto estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental (BRASIL, 2001).

Destacamos algumas diretrizes incluídas no Estatuto da cidade: A política urbana passa a ter por objetivo ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. Indica instrumentos para controlar o crescimento urbano de forma sustentável;

¹⁸ Banco Nacional de Habitação, criado no ano de 1964. Como funcionava fonte

promover a justiça social, e o acesso à terra urbanizada com equidade e cumprir a função social da cidade. Frisamos também a gestão democrática com participação popular não somente na formulação como também na execução e no acompanhamento de planos, programas e projetos e a obrigatoriedade do orçamento participativo.

O Estatuto da cidade passa a garantir o direito à cidade de forma mais específica, contemplando de forma conjunta habitação, saneamento básico e transportes urbanos, entre outros.

O conceito de Direito à cidade foi cunhado por Lefebvre (2008) na década de 1960, num contexto geográfico e temporal distintos do que vivemos hoje. Na França em um período pós-guerra e de inchaço urbano, teóricos como Lefebvre já se preocupavam com questões do espaço urbano não meramente físicas, mas principalmente sociais. Naturalmente, as questões relacionadas ao período ao qual Lefebvre se debruçou, já não são mais as mesma na própria França. Assim como em países do Sul Global, as questões poderiam ter sido outras no mesmo período. Mas o que interessa sobre esse conceito é que ele estabelece as possibilidades de mudanças urbanas com a participação dos cidadãos, bem como o comum uso e apropriação dos espaços da cidade de forma igualitária.

é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos. (HARVEY, 2008, p.74)

Tratamos aqui de direitos conquistados, devido a participação e pressão popular organizada para a criação e aprovação de leis acerca da reforma urbana. A regulamentação dos artigos 182 e 183 com o Estatuto da Cidade, por exemplo, demorou 11 (onze) anos para que fosse aprovado: “uma tramitação que contou com a pressão constante do Fórum Nacional de Reforma Urbana, e que culminou, no último dia 18, com a aprovação do Estatuto da Cidade” (MARICATO; WHITAKER 2001d, p.2).

Ainda de acordo com Maricato e Whitaker (2001d, p.2), muito se esperava da regulamentação da função social da propriedade que serviria para frear o crescimento vertiginoso da especulação imobiliária de imóveis em desuso, e daria ao poder público a oportunidade de devolver a sociedade a “valorização provocada por seus próprios investimentos em infraestrutura urbana”.

Duas décadas após o estabelecimento do Estatuto, muitas foram as cidades que incluíram em seus planos diretores as diretrizes, no entanto, pouquíssimas são as que praticam algumas delas, ou que as utilize de forma a respeitar a equidade proposta na legislação.

Não há um plano diretor no Brasil que não institua a função social da propriedade, a função social da cidade. O direito a propriedade privada não é absoluto. Mas como as leis são aplicadas? Como se o direito à propriedade privada fosse absoluto e o direito à moradia fosse relativo. (MARICATO, 2015c, p.107)

As leis são para uma parte da cidade. O mercado é para uma parte da cidade. O restante, não tem direito às leis. Isso é uma cidade periférica (MARICATO, 2015c, p.110).

Temos no Brasil o Fórum Nacional de Reforma Urbana¹⁹ uma frente que resiste e organiza setores da sociedade civil contra forças hegemônicas, que seguem promovendo cidades excludentes. Em consequência da pressão e insistência do FNRU, é que algumas leis foram promulgadas, assim como o Estatuto da Cidade de 2001.

Poderíamos listar aqui inúmeros avanços legais na luta por cidades mais justas e inclusivas, contudo, chegamos em um momento em que “não faltam planos, não faltam leis e não falta competência técnica” (MARICATO; COLOSSO; COMARU, 2018e, p.207). Todas as cidades brasileiras apresentam Plano Diretor, como é obrigatório pela constituição ou pelo Estatuto da cidade. O problema das cidades brasileiras hoje não é mais o respaldo legal, para a reforma urbana, e sim a “aplicação das [leis] existentes” (MARICATO; COLOSSO; COMARU, 2018e, p.207).

¹⁹ O Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), “é uma articulação nacional que reúne movimentos populares, sociais, ONGs, associações de classe e instituições de pesquisa com a finalidade de lutar pelo direito à cidade, modificando o processo de segregação social e espacial para construirmos cidades verdadeiramente justas, inclusivas e democráticas.” (acessado em janeiro de 2022 <https://forumreformaurbana.org.br/quem-somos/>)

As cidades continuam sendo dominadas pelo mercado imobiliário, e os processos segregatórios seguem ocorrendo, impedindo que o direito à cidade seja alcançado por todos de forma igualitária. Apesar de todo o respaldo legal, garantido pela constituição e leis regulatórias, ainda vemos uma disputa de interesses que configuram nos espaços da cidade a luta de classes.

A análise não é diferente na cidade de Vitória – ES, o déficit habitacional tem se mostrado uma questão de difícil resolução, devido ao aumento exponencial do déficit e do desinteresse político de pôr em prática soluções garantidas por lei.

A Prefeitura Municipal de Vitória–ES (PMV–ES) dispõe de programas habitacionais e de urbanização iniciados há mais de 30 anos. A redução do ritmo desses programas desde 2013 se deve tanto aos cortes orçamentários como à revisão ideológica do enfoque do problema da habitação mediante a integração das Políticas Públicas de desenvolvimento local e humano. Além disso, a demanda específica por habitação tem sido exponencialmente maior do que a capacidade de resposta do governo municipal. (MIRANDA;ALMEIDA;MARTINS, 2019, p.170)

Segundo Carneiro (2019), os discursos e práticas neoliberais, adotados pelas esferas governamentais, têm utilizado da estigmatização de pessoas e lugares para a produção de intervenções que higienizariam e resgatariam seus potenciais de uso. As ocupações do solo urbano estimuladas por planejamentos urbanos estratégicos de caráter mercadológico de cunho neoliberal, ou como classificou Arantes (2009), um planejamento “assumidamente empresarial” – corroboram para a concentração geográfica do capital, fator contribuinte para a segregação socioespacial. Através da concepção dos espaços urbanos enquanto mercadoria, perpetua-se na mesma lógica o enaltecimento do valor de mercado de determinadas áreas em especial, contribuindo para a sua especulação imobiliária. No Brasil perpetua-se a aplicação de práticas que usualmente afirmam promover o desenvolvimento ou qualificação de um determinado espaço urbano, entretanto muitas dessas práticas desconsideram relações sociais e modos de vida cruciais para que as alterações propostas sejam igualmente benéficas para todo o espaço urbano e sociedade em questão.

se a pessoa não tem trabalho, não tem um recurso prá comer, se cobrir, ela precisa ter qualquer coisa pra ajudar ela, e a gente não ficar esperando o poder público pra resolver isso não. Nós precisamos resolver e nós vamos resolver na nossa comunidade coletivamente uma passando prá outra o que é melhor para gente fazer e juntar pra fazer o coletivo salvar vida (informação verbal).

3.3 PROTAGONISMO DA MULHER EM ESPAÇOS POPULARES

Entendemos por espaços populares aqueles que em uma macroescala apresentam poder subjugado ou inferiorizado, no entanto, dentro desses espaços é notável um fenômeno que inverte os parâmetros “tradicionais” de comando. Vimos anteriormente, que a normatização da presença masculina branca nas tomadas de decisão e em espaços de poder, é algo fortemente presente em nossa sociedade. Porém, em espaços populares é comum a ocorrência de um fenômeno em que as mulheres são detentoras de poder e muitas vezes escolhidas como representantes e lideranças comunitárias.

Dessa maneira, o poder feminino emerge de áreas periféricas e ganha notoriedade local, com impactos até mesmo regional e nacional. A autora Nunes (2021), intitula esse fenômeno como a “feminização do poder em espaços populares”. De acordo com a autora (2021), a mulher nesses espaços vem ocupando lugares de destaque no Brasil, principalmente a partir da década de 1980. Contudo, arriscamos a dizer que no Espírito Santo, esse fenômeno tem início antes.

As mulheres começaram a trabalhar coletivamente na igreja, descobriu que a fome mata [...] na nossa comunidade, por exemplo, quando as crianças estavam desnutridas, nós fazíamos farelo de casca de ovo, semente de abobora, girassol. Todas as ervas que dão semente, a gente torrava, socava, moía e fazia farelo, salvava as crianças, as crianças comiam e ficavam nutridas, tirando as crianças da morte e os adultos também, a fome mata (informação verbal).

Antes do processo de redemocratização do país e antes mesmo da criação de movimentos por moradia, ainda na década de 1970, algumas igrejas possuíam um papel importante no auxílio aos mais necessitados. Muitas das lideranças que passaram a construir os movimentos por moradia, já atuavam na luta por direitos básicos, dentro das igrejas, através da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base. De acordo com algumas entrevistadas, ainda durante o período de regime militar, já havia mobilização civil na luta por moradia urbana, sendo grande parte organizada pelas mulheres. Porém, a partir da década de 1980, com a maior possibilidade de participação e mobilização civil, é que a presença da mulher enquanto liderança ganha maior destaque.

Começamos a pensar na comunidade como um apoio geral da família, a pessoa que tem uma casa ela tem endereço tem uma escola perto dela, tem ônibus, posto médico, tem tudo. Isso tudo é reivindicado quando a começou a fazer nosso trabalho em comunidade e pensar em uma moradia digna, endereço próprio pra família. Esse tipo de trabalho é que a gente começou a juntar. E isso graças a deus, prosperou no Brasil todo, o MNLM, criado pelas mulheres que começou essa luta (informação verbal).

Frequentemente, essas mulheres escolhidas como representantes de uma parte significativa da população, apresentam comprometimento com a transformação social de suas comunidades, que por sua vez sofrem com discriminações e violências contínuas. Falar dessas mulheres no Brasil é também falar sobre a sobreposição de opressões como sexismo, racismo e classismo, visto que essas são em grande parte mulheres não brancas e de renda familiar escassa. Dessa forma, a interseccionalidade se faz presente nesse contexto, e apesar da combinação dessas opressões estruturais, que por muito exerce domínio e influência a níveis individuais e coletivos, essas mulheres assumem o posicionamento enquanto sujeito político e “subvertem a ordem e desenvolvem um modo singular de fazer política” (NUNES, 2021, p.105).

Quando analisamos o contexto dos movimentos por moradia e ocupações esse fenômeno também está presente. Dentro das ocupações, principalmente, o protagonismo das mulheres em prol dos direitos por moradia é notável. Na ausência da garantia de direitos básicos como acesso à água potável, alimentação digna e saúde. São elas que promovem ações na busca da garantia dos seus direitos e de seus pares.

Assim como na igreja tem mais mulher, porque elas são mais persistentes, acredita e toma isso como um projeto de vida e de levar um pensamento em uma sociedade diferente, que não é aquela arcaica que existia, dos reis, do alto comando lá. Então, eu vejo que a participação da mulher justamente porque o sentimento de revolução do que é ruim fica pra trás e do que é bom, ser construído. É lógico que isso falta muito, tem muita mulher se conscientizando, muitas já estão tomando parte do governo. Eu por exemplo, sou um exemplo pra muitas pessoas, roceira, lavadeira, analfabeta, já fui vereadora, é exemplo da mudança que a sociedade vem esforçando pra quebrar esse tipo de mandança do homem. (informação verbal).

A mulher negra mostra a partir desse fenômeno, que não cabe a ela única exclusivamente a tarefa da “mãe preta”. Entendemos como sinal de resistência, que grande parte dessas mulheres conseguem se identificar enquanto sujeitos políticos, e com isso, detentoras de poder. Mesmo que ainda de forma desproporcional ao comparar-se com outros grupos. Através de trajetórias árduas e constantes embates há um objetivo de propiciar garantia de vida digna, não somente para elas, como para suas famílias, e para outros que necessitem.

Em uma época em que a globalização é tão facilmente imaginada como um tipo de força emanando sempre “de outro lugar” – é vital para colocação de questões políticas. De forma relacionada, há uma insistência na especificidade e em um mundo que não seja nem composto de atomismo individual nem fechado em holismo sempre já completo. Trata-se de um mundo sendo feito, através de relações, e aí se encontra a política. Finalmente, há um impulso em direção a “uma mentalidade aberta”, para uma positividade e plenitude de vida, para o mundo além do torrão de cada um, quer seja a própria pessoa, sua cidade ou as partes específicas do planeta em que vivemos e

trabalhamos: um compromisso com essa contemporaneidade radical que é a condição de e para a espacialidade (Massey, XXX, p.37).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo investigar de que maneira ocorre a presença da mulher negra na luta por moradia e pela terra urbana, e os consequentes desdobramentos relacionados às disputas de narrativas na cidade de Vitória (ES). A expressiva participação de mulheres em movimentos por moradia, principalmente dentro das ocupações urbanas, tal atuação se mostra cada vez mais notória. No entanto, os motivos associados a essa presença, assim como sua relevância enquanto importante sujeito político, carece de investigações mais aprofundadas.

Na cidade de Vitória temos muitas lideranças comunitárias do gênero feminino, fortemente presentes em territórios fragilizados e constantes alvos de represálias. Observamos e constatamos durante o processo de pesquisa que dentro das ocupações ocorre um fenômeno parecido. As mulheres é que exercem a função de controle, representam seu coletivo e propiciam alternativas para cidades mais justas, além de seguir em frente em busca de seus direitos individuais e coletivos, sendo aqui enfatizado o direito moradia e à cidade.

As ocupações urbanas tensionam uma sacralização do espaço, das hierarquias que não podemos tocar e que são inteiramente dadas pela instituição e pela prática legitimadas. Intrínseco à configuração desses novos territórios, encontram-se formas alternativas de coletividade e de organização social. A partir disso, as mulheres presentes nos movimentos por moradia subvertem a lógica dominante de mercado e Estado nas formas de se pensar e conceber a cidade.

A partir da pesquisa percebemos a importância do território sonhado coletivamente. O que impulsiona a luta por moradia na cidade de Vitória. Como vimos, a trajetória promovida pelo grupo abordado é marcada por constantes tentativas de dominação-apropriação do espaço, mesmo que por vezes de forma mínima e precária. Os grupos e famílias organizados dentro do movimento de luta por moradia buscam a possibilidade de uma estabilidade definitiva. Sendo essa estabelecida pela posse do imóvel mediante conquista jurídica, ou mesmo da obtenção da casa própria. Através da auto-organização projetam-se estratégias e práticas políticas na resignificação e na (re)construção do espaço urbano, almejando a autonomia, a participação democrática e o direito à cidade.

Nesta constante, o que parece impulsionar os membros dos movimentos por moradia é o desejo coletivo em estabelecer-se e em constituir seu território. Nos contínuos processos de

desocupação e do domínio do solo urbano pelo capital, algumas alternativas são espaços marginalizados, vazios urbanos e imóveis subutilizados. Esses são espaços singulares de abertura para a insurgência de ocupações, ou seja, de enclaves de luta pela moradia. Daí em diante, os ocupantes se fixam, humanizam e transformam os espaços em territórios.

Contudo, não sem o constante confronto com diversos obstáculos e relações do poder instituído, sejam esses manifestados através de despejos, acarretando em deslocamentos compulsórios, ou até da discriminação pela vizinhança quanto aos habitantes desses espaços e suas práticas.

Encerramos o trabalho de pesquisa com a atual situação do grupo de famílias em questão. A maior parte das famílias se encontra hoje na ocupação Chico Prego, localizada em uma escola municipal no bairro do Romão. A escola encontrava-se abandonada por cerca de 10 (dez) anos.

Após o despejo do edifício Santa Cecília, o acordo judicial era que a prefeitura disponibilizasse o aluguel social de um ano para as famílias despejadas em 2020. No ano de 2021, com o avanço da pandemia muitos integrantes da ocupação Chico Prego se encontravam sem fonte de renda. O aluguel social foi encerrado em julho de 2021, muitas famílias chegaram a ser despejadas por não conseguirem arcar com as contas. Alguns proprietários ficaram com os bens dessas famílias como formas de pagamento. Essa situação se prorrogou por 03 meses, até que fosse efetivada a nova ocupação no bairro do Romão.

A ocupação foi bem recebida pelos moradores do entorno, tiveram apoio local, e hoje se encontram muito organizados. Porém, rapidamente a prefeitura entrou com pedido de reintegração de posse, o juiz responsável pelo caso, deliberou a desocupação, contanto que a prefeitura inscrevesse as famílias em alguma política habitacional e garantisse de algum modo o acesso ao direito à moradia.

No dia 29 de janeiro de 2022, quase 05 (cinco) meses, após a ocupação da escola, recebemos a feliz notícia de que a justiça suspendeu a liminar que autorizava a desocupação, visto que a prefeitura de Vitória não providenciou nenhuma das determinações impostas. Com isso, apesar da relutância do atual prefeito em não dialogar com essas famílias, será realizada uma audiência de mediação para que sejam apresentadas alternativas. Mostramos assim, a importância do território sonhado e a união que ele propicia. Apesar de tantas repressões e obstáculos no percurso, as mulheres protagonizaram uma vitória histórica na capital do Espírito Santo.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. Pólen. Edição Kindle, 2019.

ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. São Paulo: Pólen, 2019. Edição não paginada.

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política. Brasília, n.11, p. 89-117, maio – agosto de 2013.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. 1. ed. São Paulo: Pólen, 2019. 184 p.

CARNEIRO, Karine. **Perigosos ou úteis?** Os moradores de rua e a produção do espaço urbano em Belo Horizonte e Bogotá. Civitas, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 45-61, jan.-abr. 2019.

CAMPOS JUNIOR, Carlos Teixeira. A construção da Cidade: formas de produção imobiliária em Vitória. Vitória: Florecultura, 2002. 192p.

DOREEN, Massey B. **Pelo Espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312p.

ESCOBAR, Paulo. **Os mais pobres e a pandemia**. Contos e crônicas da rua durante o vírus. Edição digital, não datado, p.187

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Editora UFBA, 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos Territórios do Território. In: **Campesinato e Territórios em disputa**. São Paulo, Expressão Popular, UNESP, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

GONZALES, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 375p.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, nº 29, p.73-89, jul./dez. 2012.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015. 78p.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 3 Ed. São Paulo, SP: Centauro, 2011. 143p.

LIMA, Fátima. Protocolo de descarte do lixo, contra-colonialidade(S) e o dia seguinte. N-1 Edições. **Coletânea Pandemia Crítica**, maio de 2020.

MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço**: uma nova política de espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312p.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e cidade**. São Paulo: Atual, 1997a.

MBEMBE, Achille. O direito universal à respiração. N-1 Edições, **Coletânea Pandemia Crítica**, maio de 2020.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos Aurelio. SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p.217-227.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, vol. 31, n.94, jun. 2017a.

_____. Desafios decoloniais hoje. **Revista Epistemologias do Sul**, foz do Iguaçu/PR, p. 12/32, 2017b.

MIRANDA, C.L.; ALMEIDA, L.P.; MARTINS, L. As ocupações no centro de Vitória, ES: moradia ou ruína? **Arquitetura e Urbanismo: Planejando e edificando espaços**, vol. 02. Ponta Grossa: Editora Atena, p.169-191, 2019.

MONTANER. Jose; MUXI, Zaida. **Arquitectura y Política: Ensayos para mundos alternativos**. Barcelona: Editora GG. 2011. 253p.

MUXI, Zaida. Cidade, política e gênero. [Entrevista concedida a] Daniela Abritta Cota. **Vitruvius**, vol. 075.02, ano 19, set. 2018.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro no Brasil: Processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1978. 183p.

NASCIMETNO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Afrodiáspora**, vol. 6 e 7, ano 3, 1985.

NUNES, N. R. Mulher de favela: Interseccionalidades e territorialidades. **Revista em Pauta**, Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, vol. 19, n. 47, 1º Semestre de 2021, p. 103 – 120.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

ROLNIK, Raquel. É possível política urbana contra a exclusão? **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, SP: Cortez, 2002, v. 72, p. 53-61.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG. 2010.

VERGÈS, Françoise. **Um Feminismo Decolonial**. São Paulo: Editora Ubu. 2020. 139p.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intraurbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

_____. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Revista Estudos avançados USP**, vol. 17, n.48, 2003b.

_____. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015c. 112p.

_____; WHITAKER, J. S. **Estatuto da Cidade: essa lei vai pegar?** Publicado no Correio da Cidadania, nº252, semana de 7 a 14 de julho 2001d.

_____; COLOSSO, P; COMARU. F.A. Um projeto para as cidades brasileiras e o lugar da saúde pública. **Revista Saúde em debate**. Rio de Janeiro, vol. 42, nº Especial 3, p. 199-211, novembro 2018e.

WHITAKER, João Sette Ferreira. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. **Anais do Simpósio Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização**, UNESP e SESC Bauru, 2005.

ADUFES. Por direito à moradia, famílias ocupam prédio abandonado no centro de Vitória. **Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo**, maio 2017. Disponível em: <https://adufes.org.br/portal/noticias/37-adufes/1954-por-direito-a-moradia-familias-ocupam-predio-abandonado-no-centro-de-vitoria.html>. Acesso em: 27 ago. 2020.

AVILEZ, Larissa. Imóveis abandonados: mapa mostra situação do Centro de Vitória

A Gazeta, jan. 2020. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/gv/imoveis-abandonados-mapa-mostra-situacao-do-centro-de-vitoria-0120>. Acesso em 12 set. 2020.

BARROS, Rafael Monteiro. Prefeitura vai à justiça para desocupar prédio em Vitória. **Rádio CBN Vitória**, set. 2017. Disponível em: https://www.cbnavitoria.com.br/cbn_vitoria/reportagens/2017/09/prefeitura-vai-voltar-a-justica-para-desocupar-predio-em-vitoria-1014100026.html. Acesso em: 27 ago. 2020.

BONDUKI, Nabil. Inoperância da prefeitura na pandemia contribuiu para o crescimento da população de rua. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/nabil-bonduki/2022/01/inoperancia-da-prefeitura-na-pandemia-contribuiu-para-o-crescimento-da-populacao-de-rua.shtml>. Acesso em 25/01/2022.

CUSTÓDIO, Gilmar. Grupo tenta ocupar área de preservação da prefeitura de Vitória. [Entrevista concedida a] Wanessa Scardua. **G1 Espírito Santo**, abr. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/grupo-tenta-ocupar-area-de-preservacao-da-prefeitura-de-vitoria.ghtml>. Acesso em: 25 ago. 2020.

FERNANDES, Vilmaria; Madeira, Fernando. Prédio do IAPI: situação de abandono e destruição. **A Gazeta**, ago. 2020. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/predio-do-iapi-situacao-de-abandono-e-destruicao-veja-video-e-fotos-0820>. Acesso em: 25 ago. 2020.

MADEIRA, Fernando. Famílias inteiras invadiram área conhecida como Fazendinha, em Vitória. In: SILVA, Sullivan; ARPINI, Naiara. Famílias ocupam prédio em Vitória, e União vai pedir reintegração de posse. **A Gazeta**, maio 2017. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/05/familias-ocupam-predio-em-vitoria-e-uniao-vai-pedir-reintegracao-de-posse-1014052884.html>. Acesso em: 27 ago. 2020.

MADEIRA, Fernando. Edifício Santa Cecília, no centro de Vitória. In: DIAS, Eduardo. Falta de manutenção leva a risco de incêndio em prédios históricos. **A Gazeta**, maio 2019. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/gv/falta-de-manutencao-leva-a-risco-de-incendios-em-predios-historicos-0519>. Acesso em 27 ago. 2020.

SILVA, Carlos Alberto. Grupo ocupou o prédio do antigo IAPI. In: ARPINI, Naiara; SILVA, Sullivan. Famílias ocupam prédio do antigo IAPI em Vitória e União diz que vai pedir reintegração de posse. **G1 Espírito Santo**, maio 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/familias-ocupam-predio-do-antigo-iapi-em-vitoria-e-uniao-diz-que-vai-pedir-reintegracao-de-posse.ghtml>. Acesso em: 27 ago.2020.

SILVA, Sullivan; ARPINI, Naiara. Famílias inteiras invadiram área conhecida como Fazendinha, em Vitória. In: Famílias ocupam prédio em Vitória, e União vai pedir reintegração de posse. **A Gazeta**, maio 2017. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/05/familias-ocupam-predio-em-vitoria-e-uniao-vai-pedir-reintegracao-de-posse-1014052884.html>. Acesso em: 27 ago. 2020.

TAVEIRA, Vitor. Ocupação Chico Pregó, em Vitória (ES), resiste ao terceiro despejo. **Brasil de Fato**, jul. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/07/26/ocupacao-chico-prego-em-vitoria-es-resiste-ao-terceiro-despejo>. Acesso em: 11 set. 2020.

APÊNDICE

Figura 12 - Ação de doações para a ocupação Chico Preggo, em conjunto com Igreja Presbiteriana Unida - IBES e Banco digital Will Bank, 04 de outubro de 2021.



Fonte: acervo próprio, 2021.

Figura 13 - Situação atual da ocupação Chico Preggo na escola abandonada no bairro do Romão.



Fonte: acervo próprio, 2021.

Figura 14 - Antigas salas de aula tornam-se residências.



Fonte: acervo próprio, 2021.

Figura 15 - Com o tempo, o sentimento de identificação aumenta.



Fonte: acervo próprio, 2021.

Figura 16 - Crianças se divertem na ocupação.



Fonte: acervo próprio, 2021.